



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

ANTÔNIO FERNANDO SOARES DE ALMEIDA FILHO

**ANÁLISE DO I-EDUC , DIMENSÃO QUE COMPÕEM O IEGM DAS
CIDADES DE JUAZEIRO E PAULO AFONSO NOS EXERCÍCIOS DE 2015
E 2016.**

Juazeiro - BA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ANTÔNIO FERNANDO SOARES DE ALMEIDA FILHO

ANÁLISE DO I-EDUC , DIMENSÃO QUE COMPÕEM O IEGM DAS
CIDADES DE JUAZEIRO E PAULO AFONSO NOS EXERCÍCIOS DE
2015 E 2016.

Monografia apresentada à Universidade Federal do
Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus
Tecnológico, como requisito para obtenção de título
de Bacharelado em Engenharia de Produção – TCC.
Orientador: Francisco Ricardo Duarte, Dr.

Juazeiro - BA

2019

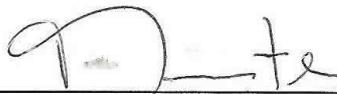
	Almeida Filho, Antônio Fernando Soares de.
A447a	Análise do I-EDUC , dimensão que compõem o IEGM das cidades de Juazeiro e Paulo Afonso nos exercícios de 2015 e 2016 /Antônio Fernando Soares de Almeida Filho. -- Juazeiro, 2019.
	xiii, 110 f.: il. ; 10.; 29 cm.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro - BA, 2019.
	Orientador: Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte.
	1. Administração Pública. 2. Políticas Públicas Educacionais - Bahia. I. Título. II. Duarte, Francisco Ricardo. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco
	CDD 350

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Renato Marques Alves, CRB 5 -1458

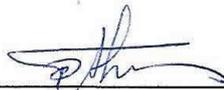
FOLHA DE APROVAÇÃO

ANTÔNIO FERNANDO SOARES DE ALMEIDA FILHO
ANÁLISE DO I-EDUC , DIMENSÃO QUE COMPÕEM O IEGM DAS
CIDADES DE JUAZEIRO E PAULO AFONSO NOS EXERCÍCIOS DE
2015 E 2016.

Trabalho Final de Curso – Apresentado como requisito parcial para obtenção de nota na
disciplina TCC, da Universidade Federal do Vale do São Francisco.



Francisco Ricardo Duarte, Dr. – (UNIVASF)
Orientador



Francisco Alves Pinheiro, Dr. – (UNIVASF)
Avaliador interno



Daniel Muniz Rocha do Nascimento, M. Sc. – (UNIVASF)
Avaliador Externa

Aprovado pelo Colegiado de Engenharia de Produção em __ / __ / __

Dedico este trabalho à minha família, que me apoiou e incentivou em todos os momentos, em especial meus pais pelos esforços realizados para minha formação acadêmica.

Veni, vidi, vici (Júlio César)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir que eu chegasse até aqui e ser fonte de inspiração e esperança ao longo de toda a graduação.

Agradeço também a minha família, principalmente aos meus pais que foram os grandes entusiastas e fiadores de minhas conquistas

Agradeço a Bárbara e a Nando por serem a razão de minha luta nos últimos anos e me proporcionarem tantas alegrias e serem meu conforto nas horas difíceis

Agradeço a todos os professores que participaram de minha formação ao longo da vida sobretudo o meu orientador, professor Dr. Francisco Ricardo Duarte, que contribuiu de forma significativa para a realização deste trabalho, com muita paciência e sabedoria.

Por fim agradeço a todos os amigos e colegas que contribuíram de alguma forma ao longo dessa caminhada na graduação.

ALMEIDA FILHO, Antônio Fernando Soares de. **Análise e estudo do I-EDUC nos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso**. Trabalho Conclusão de Curso. Juazeiro (BA).Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019

RESUMO

A evolução das formas e técnicas de gestão ocorridas ao longo dos últimos anos, exige agora dos gestores a habilidade de desenvolver índices de suporte a tomada de decisão bem como a sensibilidade para interpreta los e adequa los á sua realidade, sobretudo na Administração Pública, visto as peculiaridades e restrições inerentes a mesma. Este trabalho elucida o comportamento de um índice de desempenho organizacional que mensura a qualidade das políticas públicas educacionais desenvolvidas por duas gestões municipais. A pesquisa utilizou dados declaratórios acerca do questionário do I-EDUC dos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso ambos da região do Vale do São Francisco Para assim propor uma análise detalhada das ações desenvolvidas ali.

A pesquisa evidenciou as diferenças entre as gestões, as diretrizes dadas por cada uma dentre outras análises sobre o índice e a importância das ações desenvolvidas para o desempenho do sistema educacional.

Palavras-chaves: Administração Pública, , índice de desempenho, efetividade, políticas públicas.

ALMEIDA FILHO, Antônio Fernando Soares de. **Análise e estudo do I-EDUC nos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso**. Trabalho Final de Curso_ Projeto. Juazeiro (BA).Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019

ABSTRACT

The evolution of the management forms and techniques that have taken place in recent years now requires the ability of managers to develop indexes to support decision making

as well as the sensitivity to interpret them and adapt them to their reality especially in the Public Administration given the peculiarities and restrictions inherent in it This work elucidates the behavior of an organizational performance index which measures the quality of public educational policies developed by two municipal administrations.

The research used declaratory data about the I-EDUC questionnaire of the municipalities of Juazeiro and Paulo Afonso both from the region of the São Francisco Valley

In order to propose a detailed analysis of the actions developed there. The research evidenced the differences between the managements, the guidelines given by each one of the other analyzes on the index and the importance of the actions developed for the performance of the educational system.

Key words: Public Administration, external control, performance index, and effectiveness, public policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Administração Direta e Indireta.	22
Quadro 2	Modelos Administrativos	25
Quadro 3	Algumas competências do TCU	29
Quadro 4	Faixas de resultados do IEGM	38
Quadro 5	Eixo – I-EDUC, Objetivo e Metodologia Aplicada	39
Quadro 6	Eixo – I-SAÚDE, Objetivo e Metodologia Aplicada	40
Quadro 7	Eixo – I-PLANEJAMENTO, Objetivo e Metodologia Aplicada	41
Quadro 8	Eixo – I-FISCAL, Objetivo e Metodologia Aplicada	42
Quadro 9	Eixo – I-AMB, Objetivo e Metodologia Aplicada	43
Quadro 10	Eixo – I-CIDADE, Objetivo e Metodologia Aplicada	43
Quadro 11	Eixo – I-GOV TI, Objetivo e Metodologia Aplicada	44
Quadro 12	Quesitos já consolidados no I-EDUC no município de Juazeiro	54
Quadro 13	Quesitos que se atendidos, podem impactar em até 27 pontos o I-EDUC do município de Juazeiro	55
Quadro 14	Descrição dos quesitos q2, q3 e q4	62
Quadro 15	Descrição dos quesitos q5, q18 e q19	67
Quadro 16	Quesitos já consolidados no município de Paulo Afonso	70
Quadro 17	Descrição dos quesitos Q9 e Q39	70
Quadro 18	Requisitos mínimos de avaliação da educação na pré escola	87

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	estrutura organizacional do TCM - BA	32
Imagem 2	Valores ponderados dos índices componentes do IEGM .	39
Imagem 3	Classificação da pesquisa	49
Imagem 4	Gráfico da proporção de escolas acessíveis nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro.	58
Imagem 5	Gráfico da diferença de recursos aplicados para a capacitação e treinamento dos professores no município de Juazeiro nas competências de 2015 e 2016.	63
Imagem 6	Gráfico da proporção de escolas municipais que possuem bibliotecas nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro.	64
Imagem 7	Gráfico da proporção de escolas municipais que possuem sala de leitura nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro.	65
Imagem 8	Gráfico da comparação do desempenho dos quesitos que pontuam do I-EDUC dos Municípios de Juazeiro e Paulo Afonso em 2015.	80
Imagem 9	Gráfico da comparação do desempenho dos quesitos que pontuam do I-EDUC dos Municípios de Juazeiro e Paulo Afonso em 2016.	81
Imagem 10	Gráfico da comparação do desempenho do IDH-M –Educação, ao longo do tempo nos Municípios de Juazeiro e Paulo Afonso.	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Pontuação do município de Juazeiro nos quesitos referentes a Educação que possuem nota para o I- EDUC.	53
Tabela 2	Comportamento do quesito Q1 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro	56
Tabela 3	Comportamento do quesito Q10 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro .	57
Tabela 4	Comportamento do quesito Q19 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro .	58
Tabela 5	Comportamento dos quesitos Q22,Q3 e Q24 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro	59
Tabela 6	Comportamento do quesito Q25 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro .	59
Tabela 7	Comportamento do quesito Q27 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro	60
Tabela 8	Comportamento do quesito Q29 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro	61
Tabela 9	Comportamento do quesito Q31 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro	62
Tabela 10	Comportamento do quesito Q36 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro	64
Tabela 11	Comportamento do quesito Q41 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro	66

Tabela 12	Diferença das pontuações dos quesitos que variaram nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	68
Tabela 13	Pontuação do município de Paulo Afonso nos quesitos referentes a Educação que possuem nota para o I- EDUC	68
Tabela 14	Comportamento do quesito Q1 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	71
Tabela 15	Comportamento dos quesitos Q2,Q3 e Q4 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	72
Tabela 16	Comportamento do quesito Q10 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	73
Tabela 17	Comportamento do quesito Q19 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	74
Tabela 18	Comportamento dos quesitos Q22,Q3 e Q24 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	75
Tabela 19	Comportamento do quesito Q25 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	75
Tabela 20	Comportamento do quesito Q27 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro	76
Tabela 21	Comportamento do quesito Q29 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	77
Tabela 22	Comportamento do quesito Q31 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	78
Tabela 23	Comportamento do quesito Q36 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	78

Tabela 24	Comportamento do quesito Q41 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso	79
Tabela 25	Comportamento da nota do I-EDUC levantado nas competências de 2015 e 2016 nos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso	79
Tabela 26	Relação Valor Empenhado na Educação com o número de alunos matriculados nos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso nas competências de 2015 e 2016	83
Tabela 27	Comportamento da diferença do IDEB em e suas variáveis, no público dos anos iniciais, no município de Juazeiro	85
Tabela 28	Comportamento da diferença do IDEB em e suas variáveis, no público dos anos finais, no município de Juazeiro	85
Tabela 29	Comportamento da diferença do IDEB em e suas variáveis, no público dos anos iniciais, no município de Paulo Afonso	86
Tabela 30	Comportamento da diferença do IDEB em e suas variáveis, no público dos anos finais , no município de Paulo Afonso	87
Tabela 31	Nível de Proficiência dos alunos no município de Paulo Afonso	88
Tabela 32	Nível de Proficiência dos alunos no município de Juazeiro	88

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.	14
1.1 Problemática.	15
1.2 Justificativa	16
1.3 Objetivos .	16
1.4 Estrutura do trabalho	17
2. ABORDAGEM TEÓRICA	18
2.1 Administração	18
2.2 Tipos de Controle	25
2.3 Tribunais de Contas	27
2.4 Efetividade.	35
2.5 IEGM(Índice de Efetividade da Gestão Municipal)	37
2.6 Políticas Públicas.	44
3. METODOLOGIA	47
3.1 Tipo e Natureza da Pesquisa	47
3.2 Delimitação da Pesquisa	50
3.3 Procedimento de Coleta e Análise de Dados	50
3.4 Limitações da Pesquisa	51
4.RESULTADOS E DISCUSSÕES	52
4.1 Análise Juazeiro 2015 e 2016	52
4.2 Análise Paulo Afonso 2015 e 2016	66
4.3 Análise Juazeiro x Paulo Afonso	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	91
ANEXO I	94
ANEXO II – Questionário do I-EDUC	102

1. INTRODUÇÃO

A modernização da Administração Pública brasileira exige agora dos gestores públicos um enfoque gerencial, no qual, as atividades do Estado, calcando suas administrações nos fundamentos da ciência da Administração Científica. Isso se evidencia, ainda que as variáveis que compõem uma instituição pública difira das condições verificadas na administração de uma organização privada.

Essa dinâmica da modernização, é fruto de um processo histórico que ao longo dos anos moldou a figura do Estado no que concerne suas atribuições. O papel do estado atualmente, vai muito além de garantir a ordem e atuar na defesa externa do país. O estado hoje expandiu suas atividades para além de setores pertinentes ao indivíduo como pessoas físicas, jurídicas e todas as questões complexas que envolve a sociedade (PALLUDO, 2016).

Para OLIVEIRA FILHO (1968) a Administração Pública pode ser definida como sendo “as atividades, ou trabalhos que as pessoas jurídicas de direito público desenvolvem por meio de seus representantes para a aquisição, conservação, uso, gozo e reivindicação dos seus bens, direitos e interesses”. Considerando a Administração Pública um segmento restrito da Administração, visto que, esta última, tem suas peculiaridades no que tange seus objetivos finalísticos, com enfoque nos resultados financeiros e produtivos; por sua vez, a Administração Pública é voltada a promoção de bem estar comum como atividade fim. Assim, verifica-se que para o bom desempenho da gestão pública deve se considerar algumas restrições não encontradas na função administrativa de qualquer outra organização como situação política, econômica e demandas sociais variáveis estas fortemente vinculadas a atividade do agente político. Para AMENDOLA (2017, p. 83);

a maioria dos brasileiros não acreditam nos políticos “as pessoas querem restaurar o princípio da representação política e querem eleger representantes que de fato estejam conectados às causas comuns”. Observa se entre a população brasileira um sentimento de descontentamento com relação aos políticos, que são os naturais operadores da coisa pública, isto se dá devido a ocorrência de atos de desvio de conduta veiculados cotidianamente na imprensa praticados pelos mesmos, da desconfiança da capacidade técnica do agente político enquanto gestor público, além da sensação de ineficiência do Estado no que tange ao cumprimento a risca de suas obrigações como dispõem a Constituição Federal.

Com o atual cenário político no Brasil, emerge a necessidade de uma Administração Pública focada nos resultados de suas atividades fins, de forma geral os resultados da promoção de políticas que atendam os interesses da sociedade. Assim sendo, a fim de mitigar o hiato que existe entre o indivíduo enquanto político e o indivíduo gestor, a aplicação a risca da administração científica as atividade de gestão pública é uma alternativa a se seguir. A administração pública no que tange o controle de suas atividades possui uma estrutura específica, pode se classificar esta estrutura de controle, estrutura essa que envolve o controle interno, o controle externo e o controle social.

Aferir a conduta e os resultados no que tange a eficiência, eficácia e efetividade de determinado governo que eventualmente está a frente da gestão de um órgão público é um instrumento de defesa da sociedade, além de um poderoso indicador de suporte a tomada de decisão na formação da consciência política de uma população, nesse contexto está inserido a figura dos Tribunais de Contas. Os tribunais de contas são órgãos auxiliares do Poder Legislativo na realização do controle externo com atuação de caráter fiscalizatório e mais técnico do controle político, através do exame de contas dos gestores que contempla a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

A utilização de indicadores e índices de desempenho organizacional como o índice de efetividade das gestões municipais (IEGM) e os desdobramentos de seus eixos quando analisados figuram como importante mecanismo de controle social, esta pesquisa propõem uma análise detalhada acerca das ações desenvolvidas pelos gestores afim de fortalecer o sistema educacional local.

1.1 Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa é a questão a ser solucionada por uma investigação através da pesquisa Para GANGA (2012, p 94) quando nos referimos ao termo problema de pesquisa, desejamos expressar a questão principal, ou a questão chave de nossa pesquisa, o trabalho científica é pautado no problema de pesquisa e nos seus objetivos, são estes que nortearam a decisão de escolha da metodologia utilizada para realização do projeto.

No contexto visto na introdução, emerge-se como problema de pesquisa como utilizar o I-EDUC para analisar a efetividade das políticas públicas educacionais desenvolvidas pelas gestões municipais.

1.2. Objetivo Geral

Analisar a efetividade das Políticas Públicas educacionais nos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso a partir do I-EDUC

1.2.1 Objetivos Específicos

Analisar, a partir do I-EDUC - IEGM o comportamento do município de Juazeiro (BA), nas competências de 2015 e 2016 em relação as políticas e ações voltadas para a educação e desenvolvidas pela gestão municipal;

Analisar, a partir do I-EDUC - IEGM o comportamento do município de Paulo Afonso (BA), nas competências de 2015 e 2016 em relação as políticas e ações voltadas para a educação e desenvolvidas pela gestão municipal;

Confrontar os IEDUCs dos dois municípios com os outros parâmetros de qualidade do sistema educacional.

1.3 Justificativa

Almejando contruir uma pesquisa em uma área ainda pouco explorada no curso de Engenharia de Produção, a Administração Pública, que possa vir a alicerçar o desenvolvimento de projetos futuros com ênfase na mesma dentro da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), bem como produzir resultados que respaldem e deem suporte a tomada de decisão dos órgãos de Controle Externo, sobretudo o TCM-BA em suas ações futuras no que tange o controle da efetividade das políticas públicas municipais, este projeto também objetiva associar a figura do Engenheiro de Produção como vetor de aprimoramento das atividades do setor público.

A pesquisa contribui para o desenvolvimento de estudos de indicadores de desempenho organizacional na área da administração pública, além de propor uma forma de análise do índice estudado que

O engenheiro de produção é um profissional com formação multidisciplinar e bastante versátil que transita por diversas áreas do conhecimento que contribuem para a atividade de gestão, a Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO) disponibiliza em seu endereço eletrônico 10 grandes áreas e suas subáreas que balizam esta modalidade na graduação, pós graduação, na pesquisa e nas Atividades profissionais assim sendo podemos atrelar esta pesquisa a sexta área de conhecimento que é a Engenharia Organizacional e sua subárea de avaliação do desempenho organizacional.

1.4 Estrutura do Projeto

Este projeto esta organizado em cinco capítulos. Sendo o primeiro a introdução contendo a apresentação do tema, o problema de pesquisa seguido pelos objetivos, geral e específicos da pesquisa, justificativa e estrutura do trabalho. O segundo capítulo é referente a abordagem teórica onde será explorado ideias e conceitos acerca dos temas relevantes. O terceiro capítulo expõe a metodologia utilizada na construção desta pesquisa.

O quarto capítulo apresenta e discute os resultados das análises realizadas tendo como objeto de estudo os dados obtidos no I-EDUC dos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso nos anos de 2015 e 2016.

Por fim, apresentam se no capítulo 5 as considerações finais e comentários acerca dos pontos discutidos e levantados no capítulo 4 e, logo após, são apresentadas as referências que fundamentaram a pesquisa.

2. ABORDAGEM TEÓRICA

2.1. Administração Pública

2.1.1 Definições de Administração Pública

Verifica se que a literatura disponível que trata de Administração Pública possui definições diversas e abrangentes para qualificá-la, causando uma dificuldade em estabelecer um conceito claro e objetivo acerca da mesma. Estes conceitos variam de acordo com o enfoque dado por cada autor assim sendo pode se classificar a Administração Pública sobre diferentes perspectivas. Pecerbe-se na literatura que a Administração Pública está fortemente vinculada à organização da instituição Estado como entidade político-jurídica de uma nação afim da obtenção dos resultados que atendam o bem comum, a fim de elucidar melhor a Administração Pública faz se necessário entender o Estado nos diferentes sentidos que este pode manifestar-se.

PALUDO (2016, p.13) destaca Estado da seguinte forma:

No sentido lato – Estado é a nação politicamente organizada, é quem detém o poder soberano: independência externa e soberania interna. No sentido jurídico – Estado é a pessoa jurídica do Direito Público Internacional no trato com os demais países. No sentido social – Estado é o agrupamento de pessoas que residem num determinado território e se sujeitam ao poder soberano, em que apenas alguns exercem o poder. No sentido político/administrativo – Estado é o exercício efetivo do poder através do Governo/administração, em prol do bem comum.

Tomando Administração Pública como o conjunto das leis e normas jurídicas aliadas a um modelo administrativo que determina como o Estado está organizado e sua atuação na função administrativa é válida a compreensão da ciência de administração a fim de propor um conceito de Administração Pública mais eloquente, para GRANJEIRO (2006) diz que a idéia central de administração é a ação corretamente calculada para realizar determinados objetivos desejados.

PALUDO (2016) classifica a ciência como instrumento norteador das atividades das organizações, pode se relacionar ainda a ciência da Administração como responsável pelas funções de planejamento, organização, execução, coordenação e controle das atividades organizacionais objetivando a obtenção de resultados de forma eficaz e eficiente.

Segundo MEIRELLES (2000, p.53):

A administração pública é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do direito e da moral, com o fim de realizar o bem comum. Assim sendo este conceito elucida os objetivos finalísticos da Administração Pública, como sendo a Administração aplicada a tudo que é pertinente a sociedade e ao interesse público além de seu campo de atuação que contempla todas as esferas de atuação do Estado, respaldada juridicamente pelo que dispõem o direito.

Com a finalidade de alinhar a Administração Pública a perspectiva da Engenharia de Produção e a área de Engenharia Organizacional, sobretudo na verificação do desempenho organizacional, para devidos fins desta pesquisa adotar-se-á como Administração Pública a abordagem da Administração gerencial das atividades do Primeiro setor, que tem seu modelo de gestão com enfoque nos resultados.

2.1.2. Princípios da administração pública

2.1.2.1. Legalidade

A legalidade é um dos principais requisitos necessários na Administração Pública. É o princípio que gera segurança jurídica aos cidadãos, limitando o poder dos agentes da Administração Pública. Em poucas palavras, MEIRELLES (2000, p. 82) cita que na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “poder fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim”.

Já MELLO (1994, p.48) cita:

Assim, o princípio da legalidade é o da completa submissão da Administração às leis. Este deve tão-somente obedecê-las, cumpri-las, pô-las em prática. Daí que a atividade de todos os seus agentes, desde o que lhe ocupa a cúspide, isto é, o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, só pode ser a de dóceis, reverentes obsequiosos cumpridores das disposições gerais fixadas pelo Poder Legislativo, pois esta é a posição que lhes compete no direito Brasileiro.

PALUDO (2016, p. 36) mais sucintamente, completa que o administrador público é executor e pode fazer aquilo que a lei permite e autoriza, e nos limites dessa autorização.

2.1.2.2. Moralidade

Utilizar-se da moral e da honestidade faz com que se consiga mais facilmente realizar uma boa administração, e discernir a licitude ou não de alguns atos, além do justo e injusto de determinadas ações, podendo garantir um bom trabalho.

MEIRELLES (2000, p. 84) diz que certo que a moralidade do ato administrativo juntamente a sua legalidade e finalidade, além de sua adequação aos demais princípios constituem pressupostos de validade sem os quais toda atividade pública será ilegítima.

2.1.2.3. Impessoalidade

Princípio diretamente ligado à finalidade, ou seja, faz com que o administrador público que só pratique os atos em seu fim legal, MELLO (1994, p.58) sustenta que esse princípio “se traduz a idéia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimen-tosas”.

2.1.2.4. Publicidade

A intenção deste princípio é que os atos sejam conhecidos pela sociedade, ou seja, é necessário que eles sejam publicados, e assim possam ter seus efeitos, auferindo eficácia ao termo exposto. É necessário que os atos e decisões tomados sejam devidamente publicados para o conhecimento de todos, o sigilo só é permitido em casos de segurança nacional. DI PIETRO (1999, p.67) diz que:

O inciso XIII estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que

serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

MEIRELLES (2000, p.89) cita que a publicidade, como princípio da administração pública, abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como, também, de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes. É uma busca para manter a transparência, ou seja, deixar claro para a sociedade os comportamentos e as decisões tomadas pelos agentes da Administração Pública.

2.1.2.5. Eficiência

Este é princípio que intercede por uma administração que consiga atender aos anseios na sociedade, consiga de modo legal atingir resultados positivos e satisfatórios, como o próprio nome já faz referência, ser eficiente. MEIRELLES (2000, p 90) complementa:

O Princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em se desempenhar apenas com uma legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento as necessidades da comunidade e de seus membros.

O que faz com que o agente público consiga atingir resultados positivos é o princípio eficiência, que garante uma real efetivação dos propósitos à sociedade, como por exemplo, saúde, qualidade de vida, educação, entre outros.

2.1.2.6. Outros Princípios

Além dos cinco, normalmente vistos, existem outros princípios, que faz com que a administração pública seja mais palpável. Entre eles, a razoabilidade, e a proporcionalidade, que são princípios implícitos da Constituição Federal brasileira. É mais uma tentativa de limitação ao poder público, como afirma DI PIETRO (1999, p. 72):

Trata-se de um princípio aplicado ao direito administrativo como mais uma das tentativas de impor-se limitações à discricionariedade administrativa, ampliando-se o âmbito de apreciações do ato administrativo pelo Poder Judiciário.

Conhecer esses princípios é fundamental para nortear sobre o verdadeiro sentido da administração pública e é de importância fundamental para monitorar e fiscalizar se os atos administrativos estão dentro dos limites da lei, colocando, assim, a gestão pública mais perto da sociedade.

2.1.2 Administração Direta e Indireta

De acordo com PALUDO (2016) a administração pública, conforme o art. 37 da constituição Federal de 1988, compreende a Administração direta e a Administração indireta. A Administração direta é composta por órgãos integrantes dos três poderes, que possuem competências específicas, e a Administração indireta é composta por entidades que possuem personalidade jurídica própria, ora de Direito Público, ora de Direito Privado.

Administração DIRETA	Órgãos	da Presidência da República
		dos Ministérios
		dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU
		Conselhos diversos
Administração INDIRETA	Entidades	Autarquias
		Fundações
		Empresas Públicas
		Sociedades de economia mista
		Consórcios constituídos como Associação Pública

Quadro 01: Administração direta e a Administração indireta.

Fonte: PALUDO (2016, p. 43)

2.1.3. Contextualização histórica da Administração Pública no Brasil

O modelo de Administração Pública que movimenta a estrutura do Estado Brasileiro atualmente, com a gestão de suas funções administrativas, focada nos aspectos gerenciais, é consequência da evolução histórica brasileira, desde sua descoberta em 1500 até os dias de hoje, assim sendo o estudo desse processo histórico

possibilita entender quais as contribuições que cada modelo administrativo adotado no Brasil ao longo da história deu na construção do modelo utilizado atualmente.

Há divergências acerca da prática da Administração Pública no Brasil, PALLUDO (2016) destaca o ano de 1808 como data do marco inicial da construção da Administração Pública brasileira e do Estado Nacional, quando a corte portuguesa transfere-se para o Brasil e, posteriormente, o promove a condição de parte integrante do Reino Unido de Portugal. Entendendo administração pública como atividade exclusiva do Estado, desconsiderando os sistemas administrativos mais rudimentares que guiaram a colônia anteriormente a vinda da família portuguesa.

É pertinente considerar o que diz AMORIM (2000), acerca de como se deu a gênese do Estado nacional:

O Estado no Brasil nunca foi obra da sociedade, mas antecedeu a nação. Foi implantado da metrópole, sob um modelo patrimonialista e centralizador. Por isso, sempre foi poderoso, autoritário, autolegitimado, estabelecendo com a sociedade uma relação de total subordinação. Nunca definiu limites claros entre o público e o privado, estabelecendo, como moeda de troca política, terras e cargos públicos.

Há autores que apontam para o início da Administração Pública desde o período colonial, mesmo sem existir de forma organizada o Estado Brasileiro, sendo este na época de colônia considerado uma propriedade do Reino Português quando predominava se na Europa e em Portugal o modelo administrativo patrimonialista, inspirados nas idéias absolutistas onde os limites entre o que é público e privado não eram bem delimitados. Como destaca MANSOLDO (2009) “A administração patrimonialista inicia sua história no Brasil Colônia, seguindo o modelo português. Própria dos Estados absolutistas europeus do século XVIII. Este tipo de administração permanece pelo período de 1530 a 1930”. Em reforço a esta idéia COSTA (2008), citado por PALUDO (2016, p. 86), afirma que:

Havia na colônia uma ampla, complexa e ramificada administração, que não obedecia a critérios uniformes...e um caos legislativo”, apontando para uma rústica organização da Administração desde o período colonial, que abrangia 4 níveis “ as instituições metropolitanas, a administração central, a administração regional e a administração local.

Ao longo da história o Brasil experimentou a experiência de operar com três modelos administrativos sendo eles: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial que vigora atualmente.

2.1.3.1. Modelo Patrimonialista

No patrimonialismo, o Estado funcionava como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuíam status de nobreza real. Os cargos são considerados ‘prebendas’. Em consequência disso, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração (PDRAE – Plano diretor de reforma do aparelho do estado, 1995).

No momento em que o capitalismo e a democracia se tornam dominantes, o mercado e a sociedade civil passam a se distinguir do Estado. Neste novo momento histórico, a administração patrimonialista tornou-se inaceitável.

2.1.3.2. Modelo Burocrático

Este modelo, que surgiu por volta da metade do século XIX, com o intuito de combater a corrupção e o nepotismo do modelo anterior, segundo o PDRAE que é o Plano diretor de reforma do aparelho do estado de 1995,

Constituem princípios orientadores do seu desenvolvimento a profissionalização, a idéia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre a priori. Parte-se de uma desconfiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso são sempre necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas (PDRAE, 1995, p.15)

Segundo PALUDO (2016) a qualidade fundamental da Administração pública burocrática é a efetividade no controle dos abusos; seu defeito, a ineficiência, a autorreferência e a incapacidade de voltar-se para o serviço aos cidadãos.

2.1.3.3. Modelo Gerencial

BRESSER (1999, p. 28) define como características básicas da administração pública gerencial: é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos.

De acordo com PALUDO (2016) a reforma gerencial significa a introdução da cultura e das técnicas gerenciais modernas na Administração Pública (regra geral, oriundas da iniciativa privada).

[...] A eficiência da administração pública - a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário torna-se então essencial. A reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações (PDRAE, 1995, p.16).

MODELO ADMINISTRATIVO	CARACTERÍSTICAS	CONTEXTO HISTÓRICO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	EFEITO SOCIAL
PATRIMONIALISTA	Desorganização administrativa Inexistência de limite entre público e privado	Absolutismo	1530 – 1930	Nepotismo Corrupção Relação súdito-rei.
BUROCRÁTICO	Racionalização; Combate a corrupção e o nepotismo.	Superação do liberalismo sobre o absolutismo	1930-1985	Excesso de formalização Ineficiência do serviço.
GERENCIAL	Burocracia; Orientação dos efeitos administrativos em benefício do cidadão.	Modelo administrativo gerencial da Grã-Betanha	1985 - atualidade	Almeja se a satisfação da sociedade; Transparência da administração.

Quadro 02 – Modelos Administrativos.
Fonte: Adaptado de MANSOLDO (2009)

Com o apoio do quadro 02, entende-se assim, que para o sucesso deste modelo gerencial, torna-se essencial a busca pela eficiência, simplificação de processos, economicidade, adequada administração do patrimônio público e a prestação de serviços revestidos com qualidade, essencialmente, com foco no cidadão.

2.2. Tipos de controle

2.2.1. Controle interno

O Controle Interno é, em resumo, um controle de legalidade, conveniência, oportunidade e eficiência. É o tipo de controle que tem como objetivo a criação de condições que são indispensáveis à eficácia do controle externo, tudo isso para assegurar a regularidade da realização da receita e da despesa. Com a finalidade de possibilitar o acompanhamento da execução do orçamento, dos programas de trabalho e a avaliação dos respectivos resultados.

A grande diferença entre o controle interno e o controle externo é que no interno o controle é feito por órgãos que fazem parte do mesmo em que está

acontecendo a fiscalização e, no externo, obviamente, as fiscalizações são feitas por órgãos de outros poderes.

A Constituição Federal, em seu art. 74, inciso IV, estabelece que uma das missões do Controle Interno é apoiar o externo no exercício de sua missão institucional. À exceção de alguns documentos obrigatórios que o controle interno deve produzir, como, por exemplo, o relatório de auditoria de gestão, o certificado de auditoria e o parecer sobre as contas, documentos que devem ser apresentados nos processos de tomada e prestação de contas anuais, bem como aqueles produzidos para acompanhar as determinações feitas pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, existe apenas uma pequena interação.

2.2.2. Controle externo

Segundo PISCITELLI (2002, p. 345) quando se fala de controle externo trata-se do exercido no âmbito do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete desde a apreciação das contas do Presidente da República até o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

Ainda de acordo com PISCITELLI (2002, p. 346):

Foi através da Resolução n.º 17, de 5-10-1994, o Tribunal definiu inspeção como sendo o procedimento de fiscalização utilizado para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos da administração e de atos administrativos praticados por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição.

2.2.2.1. Definições de controle externo

Existem diversas definições de controle externo, entre essas, PALUDO (2016) diz que o que define controle externo é a realização do controle feita por um poder sobre outro poder ou pelo ministério Público.

Já LIMA (2011), citado por PALUDO (2016), diz acerca do controle externo que “o objeto do controle externo são os atos administrativos em todos os poderes constituídos nas três esferas de governo e os atos de gestão de bens e valores públicos”. Ainda sobre controle externo, de acordo agora com MEIRELLES (1989), “é o que se realiza por órgão estranho à administração responsável pelo ato controlado”. Para DI PIETRO (2014, p. 810),

É externo o controle exercido por um dos Poderes sobre o outro; como também o controle da Administração Direta sobre a Indireta. A Constituição Federal, no capítulo concernente à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, prevê o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, com

o auxílio do Tribunal de Contas (art. 71) e o controle interno que cada Poder exercerá sobre seus próprios atos (arts . 70 e 74) . Esse controle interno é feito, normalmente, pelo sistema de auditoria, que acompanha a execução do orçamento, verifica a legalidade na aplicação do dinheiro público e auxilia o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

Segundo GUALAZZI (1992) pode se dizer, em linguagem alegórica que o controle externo é o controle dos controles, inclusive porque lhe cabe controlar os próprios órgãos que realizam as outras formas de controle, não podendo ser por estes controlado.

2.2.2.2. Controle externo no brasil

A necessidade do acompanhamento das despesas públicas não é hodierno, o Brasil inaugurou seus primeiros órgãos de controle de finanças públicas quando ainda era colônia em 1680 quando foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitâneas e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro ambas jurisdicionadas a Portugal. No entanto somente em 1890 foi criado o primeiro tribunal de contas do país, que foi o Tribunal de Contas da União (TCU), sendo este órgão norteador das diretrizes de atividades, atribuições e ações dos demais órgãos de suporte ao controle externo, criados posteriormente.

2.3. Tribunais de contas

Como visto no art. 75 da CF, as normas constitucionais referentes ao Tribunal de Contas da União devem ser aplicadas aos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como aos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. Visto assim, da mesma forma que cabe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional no controle externo das contas públicas, incumbe aos Tribunais de Contas dos Estados o auxílio às Assembleias Legislativas e aos Tribunais de Contas dos Municípios o auxílio às Câmaras Municipais.

Apesar da forte influência das indicações políticas para os cargos de ministros e conselheiros dos Tribunais de Contas estes são considerados órgão importantes, no que concerne a atividade de controle da Administração Pública dentre os três tipos de controle, controle interno, externo e social, isto porque este conta em sua estrutura com profissionais com formação técnica nas áreas fiscalizadas além do respaldo jurídico que regulamenta sua atuação e de possuir relevante independência e autonomia na realização de suas atribuições, sobretudo as ações fiscalizatórias ao examinar as contas dos gestores responsáveis pelos dinheiros, bens e valores públicos, o

que o confere maior credibilidade na atividade de controlar. Permitindo assim pareceres de suas análises de contas fundamentadas nos aspectos técnicos e não político.

Verifica-se no Brasil hodiernamente a existência de trinta e três órgãos de Corte de Contas com variações em suas esferas de atuação devido a instabilidades jurídicas geradas a partir de suas criações, logo pode se classificar estas cortes da seguinte forma: um no âmbito Federal o TCU que auxilia o Poder Legislativo Federal, congresso nacional constituído pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados Federal na realização do controle externo da administração da União, vinte Tribunais de Contas do Estado vinculados a esfera estadual os TCEs com atuação sobre as gestões estaduais e das gestões dos municípios que o compõem, ligados ao auxílio das Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores respectivamente. Três Tribunais de Contas dos Municípios do Estado (TCM) órgãos estaduais que tem a incumbência de fiscalizar as contas dos gestores municipais do Estado e oferecer suporte com pareceres técnicos aos colegiados parlamentares municipais, câmara de vereadores municipais. Dois Tribunais de Contas dos Municípios que difere se dos Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados por ser um órgão municipal com atuação restrita ao seu respectivo município com atribuições similares e um Tribunal de Contas Distrital este com atuação no Distrito Federal, vinculado ao suporte da Câmara de deputados distritais.

2.3.1. Tribunal de Contas da União

Verifica se que no âmbito federal a execução do controle externo conta com a atuação do Tribunal de Contas da União como único Tribunal de Contas responsável e assegurado por lei a exercer competências neste âmbito. Segundo o endereço eletrônico do Tribunal de Contas da União, a definição institucional do TCU consiste em ser:

É o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade. Para isso, tem como meta ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável. O Tribunal é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

Ainda de acordo com o site do TCU, sobre sua Jurisdição de atuação atrelada ao âmbito Federal, estão sujeitos ao controle externo exercido pelo TCU as pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas e privadas que:

- Utilizam, arrecadam, guardam, gerenciam, aplicam ou administram dinheiros, bens e valores públicos federais ou pelos quais a União responde;
- Assumem, em nome da União, obrigações de natureza pecuniária;
- Ocasionalmente, ocasionam perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário;
- Recebem contribuições para-fiscais e prestam serviço de interesse público ou social;
- Devem, por força da lei, prestar contas ao TCU;
- Praticam atos que estão sujeitos à fiscalização do TCU por expressa disposição legal;
- Aplicam quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos semelhantes.

Acerca de suas competências constitucionais e privativas o TCU está respaldado pela Constituição Federal de 1988, estabelecidas em seus artigos 33, §2º, 70, 71, 72, §1º, 74, §2º e 161, parágrafo único, além de outras leis específicas trazem em seu texto atribuições conferidas ao Tribunal. Entre essas estão a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001), a Lei de Licitações e Contratos (8666/93) e, anualmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Dentre as competências, cabe ressaltar as seguintes, representadas no quadro 03.

Algumas Competências do TCU
Apreciar as contas anuais do presidente da República
Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
Apreciar a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares.
Realizar inspeções e auditorias.
Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais.
Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios.
Apreciar as contas anuais do presidente da República
Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas.

Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos.
Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado.
Apurar denúncias.

Quadro 03: Algumas competências do TCU.

Fonte: Site do TCU.

Além dessas competências, existem diversas outras encontradas nos artigos já ditos anteriormente. Ao vê-las, é notória a importância do TCU e dos outros tribunais. Cabe ressaltar também, que o TCU possui uma estrutura organizacional consistente e facilmente encontrada nos meios de comunicação.

2.3.2. Tribunal de contas dos estados

Quando se trata do âmbito estadual, a fiscalização dos recursos é de responsabilidade do Tribunal de Contas Estadual. E não somente isso, compete também a esses tribunais a fiscalização dos gastos municipais. Ou seja, além de fiscalizar no que tange aos recursos estaduais, os tribunais de contas estaduais também são responsáveis por fiscalizar os recursos gastos pelos municípios. Principalmente para preencher as lacunas dos estados que não tem os tribunais de contas dos municípios, como visto anteriormente, apenas quatro estados possuem tribunais desse tipo.

2.3.3. Tribunais de contas dos municípios

No que refere se a apreciação de contas dos Prefeitos em território brasileiro, exercem essa função no âmbito municipal três modalidades de Tribunais de Contas são estes Tribunais, o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal ou Conselho de Contas Municipal e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado, que se diferem entre si em aspectos como o poder ao qual este está vinculado.

Assim sendo esta função fiscalizatória está dividida sobre a égide da Constituição Federal vigente da Seguinte Forma:

- a) Nos casos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, a apreciação das contas anuais do Poder Executivo municipal é feita pelo Tribunal de Contas do Município, órgão municipal, que tem competência para apreciação somente das contas dos Prefeitos desses dois municípios;
- b) Pelos Tribunais de Contas dos Municípios do Estado(ou Conselho dos Municípios),órgãos estaduais, que examinam as contas dos Prefeitos dos Estados da Bahia, do Ceará, de Goiás e do Pará. Nestes casos, o Tribunal de Contas dos Municípios integram uma estrutura organizacional do Estado-

membro, sendo que a fiscalização contábil-orçamentária municipal é conferida ao Tribunal ou Conselho de Contas dos Municípios;
 c) Pelo Tribunal de Contas Estadual, que aprecia as contas dos prefeitos dos municípios que não se enquadram nas hipóteses citadas anteriormente.

2.3.5. Tribunal de contas dos municípios da bahia

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia teve sua criação inserida no seguinte cenário como visto no site do próprio TCM/BA, por Carlos Sampaio Filho, que é assessor especial do TCM:

Seguindo a tendência nacional, Estado viera de ser objeto de uma reforma administrativa de vulto que teve por objetivo adequar sua estrutura político/institucional as demandas de um processo acelerado de industrialização: o Centro Industrial de Aratu era uma realidade e o Polo Petroquímico de Camaçari estava sendo implantado; distritos industriais eram criados no interior do Estado e, por força da tendência descentralizadora e desconcentradora do modelo econômico da época, os municípios passaram a ter importância cada vez mais decisiva nas finanças públicas. Esta ascensão do poder municipal traria fatalmente a reboque a necessidade de se fiscalizar mais de perto as ações dos gestores que, agora, viam passar por suas mãos vultosos recursos advindos de royalties ou de transferências do União ou do Estado. É nesse momento, nesse contexto econômico/social, que o Governador Luiz Viana Filho encaminha a Assembleia Legislativa um projeto de lei que, naquela, vindo se aprovado e transformado em Lei, foi sancionado e editado sob o número 2.838, de 17 de setembro de 1970, criando o Conselho de Contas dos Municípios - órgão que teria como principal atribuição institucional a de auxiliar o controle externo das finanças e do orçamento dos municípios - e fazendo o subordinar-se ao Poder Executivo Estadual. É preciso que se diga que os gestores municipais até então não prestavam contas de suas ações, das receitas auferidas ou das despesas, de seus negócios ou atitudes enquanto autoridades. Limitando-se quando muito a receber das respectivas Câmaras a assinatura dos Vereadores nas "Atas de Aprovação", isto quando, por algum especial motivo, eram forçados a essa formalidade.

O TCM/BA é respaldado juridicamente nos artigos 91 e 93, II, da Constituição do Estado da Bahia; artigo 1º, XXXI, da Lei Complementar nº 6, de 06 de dezembro de 1991; artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 25.04.98; artigo 3º da Lei nº 7.976, de 03.12.01, artigos 1º, 5º e 6º da Lei nº 8.262, de 07.06.02, e dispositivos da Resolução nº 345/98. Que estabelece seu regimento interno trazendo a lume questões como sua finalidade, competências e estrutura.

No que compete a sua finalidade o regimento interno disponibilizado no seu endereço eletrônico elucida como sendo o TCM-BA.

Art.1º - O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, órgão de auxílio do controle externo a cargo das Câmaras Municipais, tem a finalidade de fiscalizar contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonialmente os órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal.

O regimento interno da instituição estabelece sua jurisdição de atuação no seu Art. 3º, dizendo:

A jurisdição de que trata o artigo anterior estende-se também: I - aos órgãos, entidades, unidades, serviços ou agentes dos Municípios do Estado da Bahia que, fora dos respectivos territórios municipais ou estadual, complementam o seu aparelho administrativo; II - aos responsáveis, ainda que pessoa ou entidade de direito privado, pela aplicação de quaisquer recursos repassados ou transferidos pelo Município mediante subvenção, convênio, acordo, ajuste ou outro qualquer instrumento. Parágrafo único - Nos casos das pessoas ou entidades de direito privado, referidas no inciso II deste artigo, a ação do Tribunal de Contas dos Municípios restringir-se-á à fiscalização da aplicação do recurso público recebido.

O Tribunal de contas dos municípios da Bahia obedece a seguinte hierarquia:

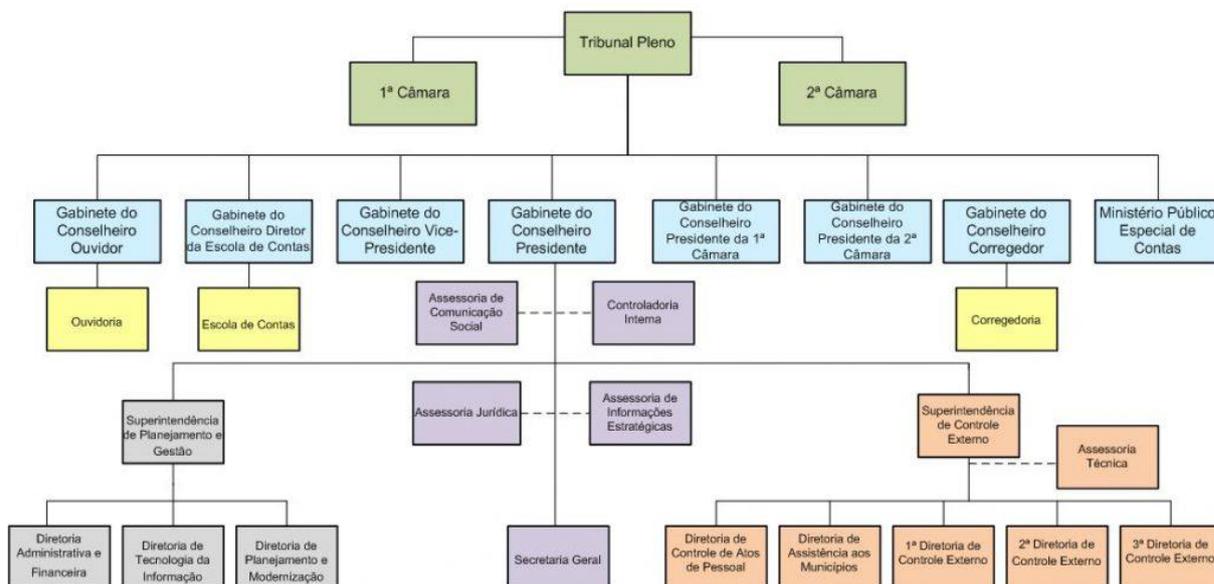


Imagem 01: estrutura organizacional do TCM.

Fonte: Site do TCM/BA.

A estratégia organizacional que rege a atuação do TCM-BA nos dias atuais é sustentada por seguintes três pilares, são eles:

MISSÃO: Orientar e fiscalizar os jurisdicionados na gestão dos recursos públicos municipais e fortalecer o controle social.

VISÃO DE FUTURO: Ser instituição de excelência no controle externo, compreendendo a orientação e fiscalização da gestão dos recursos municipais, contribuindo para o contínuo aperfeiçoamento da administração pública e do controle social preservando os interesses da sociedade.

VALORES: Tempestividade, Transparência, ética e qualidade.

Verifica-se como competências do órgão destacado pelo seu regimento interno no Art.4º, o seguinte:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do seu recebimento.

II - julgar, no prazo de trezentos e sessenta e cinco (365) dias, a partir do término do exercício a que se referem, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta, das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário municipal;

III - promover tomada de contas e tomada de contas especial, quando não for cumprido o prazo legal para a sua apresentação ou nas hipóteses do artigo 35 da Lei Complementar nº 06/91, respectivamente;

IV - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, excetuadas as nomeações para cargos em comissão ou designações para funções gratificadas;

V - julgar da legalidade das concessões das aposentadorias, transferências para a reserva, reformas e, em grau de recurso, pensões, excluídas as melhorias posteriores;

VI - apreciar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a razoabilidade dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, ajustes ou termos, envolvendo concessões, cessões, doações e permissões de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, de responsabilidade do Município, por qualquer de seus órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional;

VII - decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma prevista na Lei Complementar nº 6, de 06 de dezembro de 1991, alterada pela Lei Complementar nº 14, de 25 de abril de 1998;

VIII - decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais ou regulamentares concernentes a matéria que lhe seja legalmente afeta, na forma estabelecida neste Regimento Interno, observado o disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo;

IX - expedir normas e instruções sobre prazos e formas de apresentação das prestações de contas e dos documentos que as deverão constituir, bem como sobre assuntos funcionais ou outros similares;

X- fiscalizar a aplicação de qualquer recurso repassado pelos Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento, para quaisquer tipos de entidades;

XI - fiscalizar as contas das empresas ou consórcios intermunicipais de cujo capital o Município participe, de forma direta ou indireta, nos termos do acordo, convênio ou ato constitutivo, no que se refere a recursos públicos municipais;

XII - representar ao Poder Legislativo Municipal sobre irregularidades e abusos apurados pela instauração de processos de responsabilidade administrativa do Prefeito ou de sua Mesa ;

XIII - representar ao Ministério Público nos casos de crime que detectar e na hipótese da existência de indícios do seu cometimento;

XIV - representar ao Poder Executivo Estadual nos casos previstos de intervenção do Estado no Município;

XV - representar à repartição pública federal ou estadual pelo bloqueio das transferências de recursos destinados ao município que não apresentar, tempestivamente, as contas anuais ou que as tenha prestado com graves irregularidades, até que sejam sanadas;

XVI - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, irregularidade de contas ou descumprimento de suas decisões, as sanções previstas na Lei Complementar nº 6, de 06 de dezembro de 1991, Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios, alterada pela Lei Complementar nº 14, de 25 de abril de 1998;

XVII - assinar prazo de até trinta (30) dias para que o órgão ou entidade municipal adote as providências apontadas para o exato cumprimento da lei ou para correção de irregularidades;

XVIII - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Municipal;

XIX - realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quando requeridas pelo Poder Legislativo Municipal e por iniciativa de comissão técnica ou de inquérito;

XX - realizar inspeções e diligências para obtenção de esclarecimentos indispensáveis à apreciação de processos, deduzindo-se, dos prazos previstos nos incisos I e II do artigo 1º da Lei Complementar nº 6, de 06 de dezembro de 1991, alterada pela Lei Complementar nº 14, de 25 de abril de 1998, o tempo necessário à efetivação das mesmas;

XXI - prestar informações solicitadas pelo Poder Legislativo ou Executivo Municipal, relativamente à sua área de atuação;

XXII - oferecer parecer conclusivo, no prazo de trinta (30) dias, a contar do recebimento, a respeito de solicitação feita pela comissão competente da Câmara Municipal, em vista de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimento não programado, quando a autoridade governamental responsável não prestar os esclarecimentos reclamados ou, se os prestar, tenham sido eles considerados insuficientes;

XXIII - orientar os Municípios quanto a problemas legais, financeiros, orçamentários ou outros que digam respeito às funções do Tribunal de Contas dos Municípios;

XXIV - proceder a diligências para obtenção de elementos necessários à apreciação dos processos nos prazos por ele, Tribunal, fixados;

XXV - emitir certidão de regularidade das prestações de contas para fins de investidura em cargo comissionado, bem como outras que digam respeito a suas atividades;

XXVI - eleger o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor do órgão, além dos Presidentes de suas Câmaras, dando-lhes, a todos, posse;

XXVII - propor ao Poder Legislativo Estadual a criação, modificação ou extinção de cargos de seu quadro de pessoal, bem como a fixação de seus respectivos vencimentos, inclusive os de seus membros;

XXVIII - encaminhar ao Poder Legislativo Estadual projeto, proposta ou emenda de seu interesse, de acordo com a sua competência;

XXIX - organizar seus serviços funcionalmente e, por seu Presidente, prover os cargos do quadro de pessoal, bem como nomear, promover, exonerar, demitir ou aposentar seus servidores e conceder-lhes férias, licenças e vantagens previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais ou em legislação específica, quando for o caso;

XXX - elaborar sua proposta orçamentária, aprovar e fazer publicar o seu orçamento analítico e respectivas alterações;

XXXI - criar e instalar setores regionais, objetivando a descentralização e interiorização de seus serviços;

XXXII - elaborar e aprovar os seus Regimentos Internos ;

XXXIII - realizar suas próprias despesas;

XXXIV - conceder licenças, férias e vantagens aos Conselheiros, na forma da legislação em vigor;

XXXV - constituir comissões e grupos de trabalho;

XXXVI – julgar, pelo seu Plenário, os recursos contra atos administrativos do Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios;

XXXVII - julgar os recursos, de ofício ou voluntários, de decisão denegatória de pensão de órgãos previdenciários municipais.

§ 1º - No exercício das suas atribuições , caberá ao Tribunal fiscalizar se a Administração Pública , direta ou indireta , dos dois Poderes do Município , obedece aos princípios da legalidade , impessoalidade , moralidade , publicidade e eficiência.

§ 2º - Somente serão conhecidas , pelo Tribunal de Contas dos Municípios, as consultas formuladas por quem tenha legitimidade para tanto e que objetivem dirimir dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais ou regulamentares concernentes a matéria de sua competência.

§ 3º - O pronunciamento de órgão técnico do Tribunal sobre determinado tema não vinculará decisão do Tribunal Pleno ou Câmara, exarada sobre o mesmo assunto.

2.4. Efetividade

2.4.1 definições de efetividade

Para ARAGÃO (1999, p. 107) a efetividade refere-se à relação, ao longo do tempo, entre os resultados alcançados e os objetivos pretendidos, sendo, muitas vezes, descrita como uma dimensão qualitativa do resultado (o valor social do produto). Assim pode-se dizer de forma objetiva que efetividade é o resultado em longo prazo de um objetivo alcançado de forma eficaz. Já PALUDO (2016) define efetividade como o impacto final das ações, é o grau de satisfação das necessidades e dos desejos da sociedade pelos serviços prestados pelas instituições. A efetividade vai além das

entregas imediatas (metas/ objetivos) e analisa a transformação causada pela execução das ações.

Estes conceitos apesar de parecidos diferem se entre si e relacionam se de alguma forma no contexto administrativo e em sua mensuração. A eficácia pode ser definida como sendo o alcance de um objetivo independente do meio utilizado, os meios justificam o fim, a eficiência atribui se a relação entre o produto e o custo (output e input), além se aos aspectos internos da organização, é a racionalização do recurso utilizado para alcançar o objetivo desejado, sendo eficiente a ação que utiliza os recursos da “melhor” forma possível.

2.4.2. Efetividade aplicada a gestão pública

A Emenda Constitucional n.º 19, acrescentou-se aos princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37, caput, da Constituição Federal) o Princípio da eficiência, assim sendo essa reforma impôs ao servidor público a missão de realizar suas funções da “melhor” forma possível, o incremento da consciência de custos é um marco do modelo de Administração Gerencial, incorporando ao antigo modelo Burocrático a idéia de eficiência da gestão, preservando seus pontos positivos como hierarquia e divisão sistemática do trabalho.

No que se refere a utilização do conceito de efetividade na Administração Pública recorre se a TORRES (2004, p. 175) que afirma sobre a efetividade:

É o mais complexo dos três conceitos, em que a preocupação central é averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, deixando claro que setores são beneficiados e em detrimento de que outros atores sociais. Essa averiguação da necessidade e oportunidade deve ser a mais democrática, transparente e responsável possível, buscando sintonizar e sensibilizar a população para a implementação das políticas públicas. Este conceito não se relaciona estritamente com a idéia de eficiência, que tem uma conotação econômica muito forte, haja vista que nada mais impróprio para a administração pública do que fazer com eficiência o que simplesmente não precisa ser feito.

Logo efetividade da administração pública está fortemente ligada a verificação do atendimento em longo prazo dos objetivos alcançados e a satisfação das exigências e demandas sociais.

Administração enquanto ciência a orientação da Organização á eficácia, eficiência e efetividade, independentemente de qual o tipo de organização, público ou privada, a fim de confrontar seus índices de desempenho aos resultados

obtidos em determinado período, esses índices de desempenho, quando bem utilizados no momento do planejamento estratégico, podem servir como indicadores de estratégias e ações a tomar para a gestão do período seguinte.

2.5 IEGM(Índice de Efetividade da Gestão Municipal)

Verifica se como conceito de IEGM, segundo o MANUAL IEGM)BA (2016) índice que mensura a qualidade dos gastos municipais e avalia as ações e políticas públicas adotadas pelo gestor municipal nas diferentes áreas de sua responsabilidade. O índice proporciona que visualize se ao longo do tempo se a visão, objetivos e metas estratégicas dos municípios estão sendo alcançadas com êxito e quais pontos críticos necessitam maior concentração de esforços

2.5.1 Contexto/ Histórico

Em decorrência de uma política de mudanças significativas nas atividades de fiscalização de controle externo implementada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo- TCESP, que amplia a visão da fiscalização para o modelo orientado para os resultados concomitante ao modelo de fiscalização por conformidade que atenta se apenas as ações procedimentais das gestões municipais. Segundo O MANUAL_IEGM_2015_2016 a corte já desenvolve há muito tempo ações de destaque na produção de conhecimento voltados para fiscalização por resultados as ‘As medidas fiscalizatórias como ações concomitantes, acompanhamento de contas, Integração de Agentes de Colaboração, Programa de Fiscalização Continuada – PROFISCO, reuniões técnicas virtuais com UR’S, participações nas atividades da Rede INFOCONTAS, no CIISP e no FOCCOSP, disponibilização da matriz de risco” demonstram o esforço de ampliar a o modelo de fiscalização de controle externo.

O sistema AUDESP e e-TCESP focando no aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais do TECESP implementam com o IEGM celeridade, transparência, e acessibilidade da informação e do conhecimento.

Destaca se como vetor de desenvolvimento do IEGM, O Instituto Ruy Barbosa que fomenta estudos e pesquisas voltadas para a excelência no controle de contas, e hoje funciona como vetor da nacionalização do IEGM, integrando atualmente quase 100% de municípios brasileiros na plataforma do IEGM.(site www.irb.com.br)

2.5.2 Dimensões setoriais

O IEGM Brasil é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público:

Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas, cada dimensão pontua um valor de 0 a 100 que resultam em 7 notas isoladas de cada aspecto supracitado por município mais a nota do IEGM consolidado que compila as notas das sete dimensões em uma so nota que é divulgada de acordo com um conceito qualitativo, o Quadro 4 ilustra as faixas de

Notas	Critérios
A	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) Índices componentes com nota A
B+	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima
B	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima
C+	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima
C	IEGM menor ou igual a 49,99%



Quadro 04: Faixas de Resultados do IEGM
Fonte: MANUAL – IEGM (2016, p. 75)

O manual do IEGM/BA demonstra que como critérios de distribuição das ponderações baseou se no volume de despesas realizadas nos últimos exercícios por função de governo (“Ensino”, “Saúde”, “Administração” etc.). Nos casos em que o índice não possui uma função de governo diretamente atrelada, ela foi relacionada com a função que apresenta maior semelhança (por exemplo: o I-GOV TI toma por base a função “Administração”).

Os dados das despesas utilizados para a apuração das ponderações foram extraídos da execução orçamentária dos municípios, de acordo com a obrigação de prestação de contas estabelecida na legislação.

A Imagem 2 expõem a ponderação do IEGM de forma objetiva:

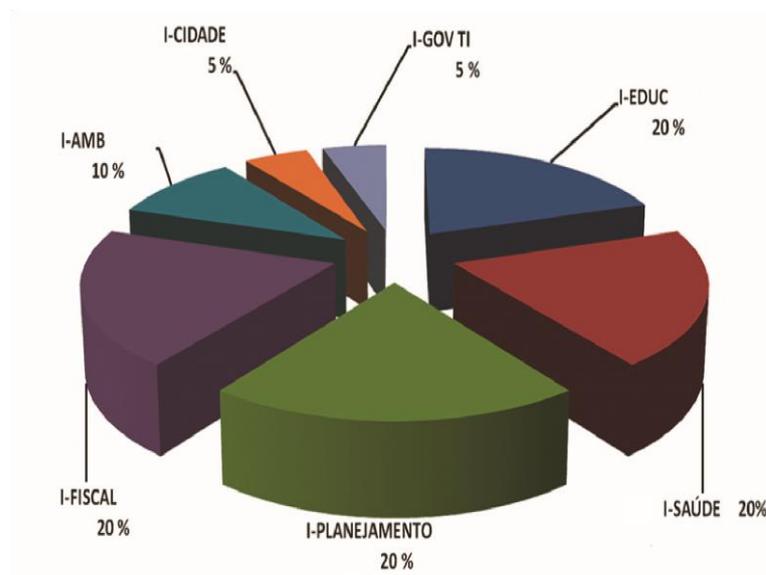


Imagem 02: Valores ponderados dos índices componentes do IEGM.

Fonte: MANUAL – IEGM (2016, p. 20)

Visto que cada área de governo possui suas peculiaridades, as formas como são calculados os índices das dimensões variam. O Quadro 5 explana acerca dos objetivos e metodologia utilizada para elaboração do I-EDUC.

i-EDUC
<p>Objetivo:</p> <p>Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal na sua esfera de responsabilidade, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas</p>
<p>Metodologia Aplicada:</p> <p>É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal relativos à educação infantil, creches e pré-escolas e Ensino Fundamental I que devem ser respondidos eletronicamente</p>

Quadro 05: Eixo I-EDUC, Objetivo e Metodologia Aplicada

Fonte: Adaptado de MANUAL – IEGM (2016)

Verifica se que no que tange a educação são avaliados quesitos respaldados por lei referentes a destinação correta de recursos do FUNDEB, avaliação de desempenho de professores e alunos, previsão da demanda de alunos por vagas dentre outras ações que impactam diretamente o funcionamento do sistema educacional do município.

O Quadro 6 elucida os objetivos e a metodologia utilizada na formulação do índice da dimensão da saúde, um dos 4 índices de maior peso de ponderação.

i-SAÚDE
<p>Objetivo</p> <p>Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados a partir de indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Saúde Pública Municipal, na esfera de responsabilidade municipal, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas</p> <p>Esta versão traz quesitos com o objetivo de avaliar o cumprimento de alguns indicadores previstos na Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para os Anos de 2013-2015 do Ministério da Saúde.</p>
<p>Metodologia Aplicada</p> <p>É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal da Saúde, voltados à Atenção Básica, que devem ser respondidos eletronicamente.</p> <p>Alguns indicadores da Secretaria da Saúde são estudados para entendimento dos processos realizados pelas prefeituras e elaboração do questionário de atividades finalísticas, porém tais fatores não são considerados para o cálculo do resultado final do i-SAÚDE.</p>

Quadro 06: Eixo I-SAÚDE, Objetivo e Metodologia Aplicada

Fonte: Adaptado de MANUAL – IEGM (2016)

Observa-se que referente à saúde o índice utiliza questões sobretudo de planejamento para realizar sua pontuação, como se o município possui informações sistematizadas sobre demanda reprimida de atendimento, se utiliza aparato tecnológico em consultas a distância, se as unidades básicas de saúde possuem auto-vistoria do corpo de bombeiros dentre outros quesitos.

Referente à dimensão de planejamento o Quadro 7 elucida a metodologia utilizada e o objetivo do estudo do planejamento.

i-PLANEJAMENTO
<p>Objetivo</p> <p>O índice do planejamento permite ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.</p> <p>Para isso, analisamos os percentuais gerados em relação à execução, comparando essa com o que foi estabelecido no planejamento da entidade. Por meio desse comparativo, é possível visualizar os reflexos na qualidade de vida dos munícipes (sejam diretos ou indiretos).</p> <p>Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.</p> <p>Nesta versão do i-Planejamento acrescentamos quesitos destinados a avaliar todas as etapas do planejamento, com a finalidade analisar os processos ligados a esta dimensão do IEGM.</p>
<p>Metodologia Aplicada</p> <p>Pesquisando outros índices desenvolvidos por renomados órgãos, sejam nacionais ou internacionais, observamos que o índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.</p> <p>O índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador. Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.</p> <p>No presente caso, em que desejamos apurar o índice do planejamento, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações; • Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados; • Percentual de alteração do planejamento inicial; • Percentual da taxa de investimento estabelecida no planejamento inicial e a executada.

Quadro 07: Eixo I-PLANEJAMENTO, Objetivo e Metodologia Aplicada

Fonte: Adaptado de MANUAL – IEGM (2016)

Observa-se que o índice do Planejamento possui uma particularidade em seu cálculo, em função da importância dos indicadores abordados no questionário do I-Planejamento, cada quesito possui uma forma de cálculo com ponderação diferente, reflexo de sua importância sobre as finanças e gestão.

Quesitos específicos acerca da LDO, planejamento, treinamento de pessoal, tecnologia na gestão do planejamento são pontos abordados pelo questionário.

Acerca da dimensão de gestão fiscal o Quadro 8 esclarece o objetivo e a metodologia utilizada na construção do índice.

i-FISCAL
<p>Objetivo</p> <p>O índice da gestão fiscal permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.</p> <p>Para isso, são analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.</p> <p>Além dos aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas são conduzidos segundo uma gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população local.</p> <p>Por fim, importante destacar que os tópicos considerados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia como fundamental para a emissão de Parecer sobre a gestão municipal, como resultado do Ensino, da Saúde, pagamentos de Precatórios, entre outros, são considerados na apuração do i-Fiscal.</p>
<p>Metodologia Aplicada</p> <p>Conforme exposto anteriormente, o i-Fiscal é também um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas.</p> <p>No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise da Receita (execução orçamentária); • Análise da Despesa (execução orçamentária); • Análise da execução orçamentária; • Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida fluante); • Despesas com Pessoal – Poder Executivo; • Despesa com Pessoal - Poder Legislativo; • Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit); • Apuração da dívida fundada (aumento/redução); • Apuração dos pagamentos dos precatórios; • Repasse de duodécimos às Câmaras; • Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

Quadro 08:Eixo I-FISCAL, Objetivo e Metodologia Aplicada**Fonte:** Adaptado de MANUAL – IEGM (2016)

O aspecto fiscal é um critério crítico das gestões visto que as ações desenvolvidas nas demais áreas de atuação do governo, dependem diretamente da saúde fiscal do município. A composição do I-Fiscal atenta se a questões como receita prevista, receita arrecadada, despesas e indicadores de desempenho fiscal.

No que refere aos aspectos ambientais o Quadro 9 joga luz acerca do objetivo e metodologia utilizada na composição do I-Amb.

i-AMB
Objetivo Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, como exemplo: resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental etc.
Metodologia Aplicada É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de Meio Ambiente que devem ser respondidos eletronicamente.

Quadro 09:Eixo I-AMB, Objetivo e Metodologia Aplicada**Fonte:** Adaptado de MANUAL – IEGM (2016)

O I-Amb contempla questões como comprometimento da gestão municipal com seus órgãos e entidades no que se refere ao uso racional dos recursos naturais, se o município realiza coleta seletiva de resíduos sólidos e se destina da forma correta os resíduos provenientes da construção civil. O Quadro 10 traz a lume o objetivo e a metodologia utilizada na elaboração do I-Cidade.

i- CIDADE
Objetivo Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam o grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres.
Metodologia Aplicada É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos sobre a proteção realizada em suas cidades que devem ser respondidos eletronicamente. As métricas matemáticas deste índice componente permitem a visualização da gestão municipal quanto ao grau de inter-relacionamento com outros órgãos de suporte e a sua gestão quanto à preparação e

reação em situações de emergência.

Quadro 10:Eixo I-CIDADE, Objetivo e Metodologia Aplicada
Fonte: Adaptado de MANUAL – IEGM (2016)

O I-Cidade atenta se a questões questões como se o município possui coordenadoria estruturada de Proteção e Defesa civil, se o município realiza levantamento acerca das áreas de risco que precisam de intervenção do poder público, mobilidade urbana e etc, o índice aponta ações voltadas para a proteção e segurança da população. Referente ao I-Gov Ti o Quadro 11 esclarece a metodologia e o objetivo do índice.

i-GOV TI
<p>Objetivo</p> <p>Apresentar a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.</p>
<p>Metodologia Aplicada</p> <p>É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de TI que devem ser respondidos eletronicamente.</p> <p>Os cálculos matemáticos são realizados por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito</p>

Quadro 11:Eixo I-GOV TI, Objetivo e Metodologia Aplicada
Fonte: Adaptado de MANUAL – IEGM (2016)

A dimensão do I Gov Ti apura informações acerca da capacidade tecnológica da gestão bem como transparência na divulgação dos resultados , verifica o comprometimento do município em utilizar tecnologia para aumentar a eficiência dos resultados

2.5.3 Questionário do I –EDUC

O questionário referente a educação, possui em sua estrutura de pontuação 23 quesitos que juntos somam 100 pontos, o I- EDUC é um dos índices com maior peso na composição do índice consolidado (20%), estes quesitos permeiam pela dimensão da educação, investigando as ações e políticas do município voltadas para questões como estudo e monitoramento da evasão escolar, entrega de kit, uniforme escolar e material didático no prazo determinado, além de questões como gastos previstos em lei com educação, treinamento e capacitação de professores (o questionário

na íntegra está nos anexos), permitindo mensurar ao longo do tempo a qualidade do serviço prestado pela gestão municipal aos seus clientes da rede municipal de ensino. (Manual IEGM)

2.6 Políticas Públicas

Observa-se na literatura diversas definições para políticas públicas, LYNN (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Já PETERS (1986) segue o mesmo viés: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos, os autores sugerem que políticas públicas são as formas como um governo fará acontecer sua meta estratégica.

DYE (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, essa colocação permite refletir acerca da importância dos governos para o desenvolvimento dos seus governados, o quanto impactante é uma política pública bem elaborada, com gestão adequada, se dando dentro de um cronograma estabelecido em prol de uma meta estratégica na vida cotidiana da sociedade, que anseia por resultados em todas as áreas que o governo possui ingerência.

A definição mais corriqueira continua sendo a de LASWELL, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. A definição de LASWELL contempla melhor a realidade dos gestores públicos municipais, que nas atribuições de seus cargos lidam cotidianamente com decisões do tipo qual a viabilidade da política pública em pauta, qual nicho social será beneficiado e a que custo essa operação ocorrerá.

2.6.1 Políticas Públicas Educacionais

Tomando por base que políticas públicas são as interações entre Estado e sociedade civil que resultam em impactos práticos na vida da população, OLIVEIRA, 2010) Seguindo esta linha conceitual que :

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010)

Destaca se em relação a políticas educacionais que, caracterizam se por serem os instrumentos responsáveis pela promoção de ações de implementação e operacionalização do sistema educacional brasileiro, estabelecendo via legislação as diretrizes e normas a seguir se.

Ressalta se que a execução de uma política pública educacional bem estruturada, sustentável e efetiva vai além de questões relacionadas ao acesso de todas as crianças a unidades educacionais, FERREIRA E SANTOS(2014), refletem a importância de a política pública educacional construir, a partir do ambiente escolar de hoje uma sociedade com valores cidadão no futuro, assim sendo as políticas públicas educacionais influenciam na vida de todos.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com MARCONI E LAKATOS (2005), a metodologia é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Segundo RICHARDSON (1999), o método científico é a forma encontrada pela sociedade para legitimar um conhecimento adquirido empiricamente, isto é, quando um conhecimento é obtido pelo método científico, qualquer pesquisador que repita a investigação, nas mesmas circunstâncias, poderá obter um resultado semelhante.

3.1. Tipo e natureza da pesquisa

É necessário entender, além da importância da metodologia, que esta pode ser concretizada de diversas formas, definidas por sua classificação e de acordo com objetivo do trabalho. Neste trabalho, a classificação do tipo e da natureza da pesquisa foi dada quanto aos fins, aos meios e pela abordagem da pesquisa. De acordo com VERGARA (2014), os tipos de pesquisa podem ser definidos por dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Ao considerar os fins da pesquisa e levando em conta que uma pesquisa pode ter mais de uma finalidade, nesse trabalho adotou-se a estratégia de pesquisa descritiva, exploratória e explicativa.

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, pois de acordo com RICHARDSON (1999), o estudo descritivo tem um nível de análise que permite identificar as características dos fenômenos, através de uma pesquisa de campo, possibilitando, também, a ordenação e a classificação dos mesmos. Por outro lado, com base em estudos descritivos, surgem outros que procuram explicar os fenômenos segundo uma nova ótica, ou seja, analisar o papel das variáveis que, de certo modo, influenciam ou causam o aparecimento dos fenômenos.

VERGARA (2014) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre

variáveis e define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação". Cita como exemplo a pesquisa de opinião. A natureza descritiva desta pesquisa evidencia-se quando expõem-se as características do comportamento dos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso em relação às ações voltadas para as políticas públicas de educação sugeridas pelo I-EDUC.

Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. A característica exploratória do trabalho se dá visto a escassez de pesquisas acerca do índice de efetividade das gestões municipais, que é relativamente novo, visto que sua primeira divulgação se deu em relação ao exercício de 2015, além de o índice ter sido pouco explorado por pesquisas na área de administração pública, a pesquisa inova apresentando uma análise com a visão da engenharia de produção acerca de um parâmetro de qualidade que estabelece relações entre atividades de gestão e resultados de desempenho no sistema educacional municipal.

Segundo GIL (1999), a pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos. O caráter explicativo desta pesquisa emerge ao confrontar-se os resultados de desempenho das métricas declaradas por cada gestão com as atividades de gestão sugeridas pelo I-Educ, buscando estabelecer relação entre estas variáveis.

Classificando a pesquisa quanto aos meios de investigação, trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. Segundo VERGARA (2014), A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária, este trabalho é bibliográfico pois buscou por meio de fontes de dados secundárias, compreender conceitos e pensamentos defendidos por diversos autores, acerca de temas

que foram abordados na pesquisa como educação, políticas públicas, efetividade, causas do abandono escolar e etc.

Já a pesquisa documental, segundo GIL (1999), é muito semelhante à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores, a documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa.

Segundo LAKATOS E MARCONI (2001), a Pesquisa Documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Para GIL (1999) este tipo de pesquisa torna-se particularmente importante quando o problema requer muitos dados dispersos pelo espaço. Porém, deve-se ter atenção à qualidade das fontes utilizadas, pois a utilização de dados equivocados reproduz ou, mesmo, amplia seus erros. A abordagem desta pesquisa justifica se documental visto que os dados analisados ainda não haviam passado por um tratamento analítico, o trabalho se utilizou de documentos disponibilizados por sites de domínio público, e órgãos e de controle externo.

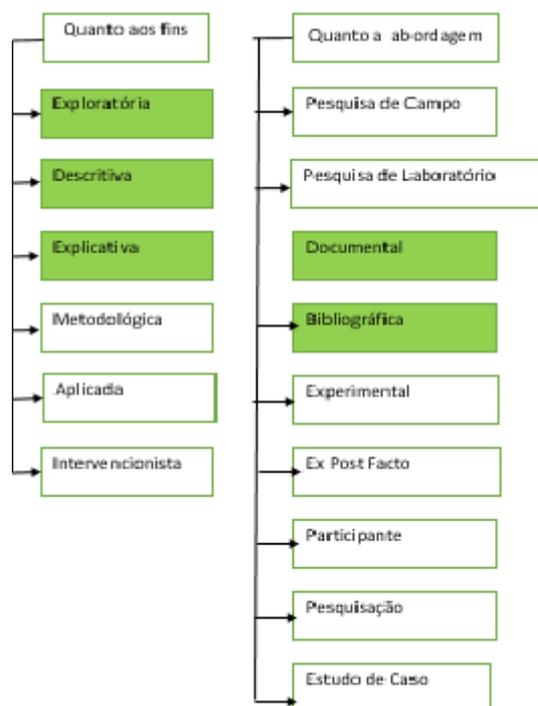


Imagem 03: Classificação da pesquisa.
Fonte: Adaptada de MURITIBA (2017)

3.2. Delimitação da pesquisa

De acordo com GIL (1999) de modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. É o que ocorre, sobretudo, nas pesquisas designadas como levantamento ou experimentos. Quando um pesquisador seleciona uma pequena parte de uma população, espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar.

MARCONI E LAKATOS (2006) definem universo como o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentem pelo menos uma característica em comum. delimitar o universo consiste em explicar que as pessoas ou coisas, fenômenos, serão pesquisados, enumerando suas características comum.

Esta pesquisa será limitada aos questionários do I- EDUC fornecidos pelos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso, estado da Bahia, nos anos de 2015-2016, para facilitar a coleta e entendimento dos dados que serão processados. A cidade de Juazeiro é localizada no Baixo-Médio São Francisco, a 500 km da capital do estado, a cidade de Salvador, e possui uma inspetoria que responde a sede do Tribunal de contas localizada no Centro Administrativo da Bahia, O município de Paulo Afonso localizado no Vale do São Francisco possui população de 108.396 segundo o censo 2010 e juntamente com Juazeiro são as cidades mais relevantes em aspectos econômicos e políticos da região do Vale do São Francisco por isso foram tomadas como objetos de estudo.

3.3. Procedimento de coleta e análise de dados

MARCONI e LAKATOS (2006) diz que, técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte. É a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas para atingir os seus propósitos.

Como método de pesquisa, foram levantados documentos com dados secundários, esses dados são declarações das gestões municipais acerca do questionário do I-EDUC, essas informações estão disponíveis no site do Instituto Ruy Barbosa onde

está abrigada a plataforma do IEGM Brasil, estes dados foram fichados e tabelados de forma a atender a metodologia de cálculo do I-EDUC, o levantamento dessas informações permitiu construir uma visão sobre as atividades de gestão voltadas para as políticas públicas de educação realizadas pelas gestões dos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso, a partir disso pode realizar uma análise comparativa entre os exercícios de 2015 e 2016 de ambos os municípios bem como comparar o desempenho global do I-EDUC das gestões juazeirense e pauloafonsina, buscando na bibliográfica que fundamentou a pesquisa as relações entre as variáveis observadas no estudo.

3.4. Limitações da pesquisa

Segundo VERGARA (2014), todo método de pesquisa tem suas limitações, mas também possibilidades. Neste estudo deve-se considerar algumas limitações. Entre elas a grande quantidade de eixos que o IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal- possui e, sobretudo, a verdade das informações dadas pelos envolvidos na aplicação dos questionários, levando em consideração que informações ruins podem de alguma forma prejudica-los futuramente e até que ponto o envolvimento neste processo possui veracidade. Podendo isto, portanto, prejudicar de alguma forma no resultado final do índice.

4.-RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa permitiu identificar o comportamento do I-EDUC, dimensão correspondente a Educação que possui peso (0.2) para formação do IEGM (índice de efetividade da gestão municipal). Além da Educação outras seis dimensões compõem o índice : saúde, educação, planejamento e questão fiscal são as de maior peso de ponderação. Juazeiro e Paulo Afonso, ambas cidades de destaque no lado baiano do vale do são Francisco, foram as selecionadas dentre os municípios que são jurisdicionados ao TCM BA para serem analisadas nas competências de 2015 e 2016.

O IEGM é divulgado com uma classificação qualitativa tanto do índice consolidado como das dimensões que o compõem, assim como o I- EDUC. Através do estudo desenvolvido neste trabalho obteve se a quantificação da dimensão do I – EDUC de cada município nas referidas competências e as métricas declaradas das ações ou pesquisas realizadas a época.

Foi possível analisar as métricas referentes as ações de políticas públicas realizadas pelas gestões municipais daqueles municípios bem como suscitar hipóteses acerca da possíveis causas da ocorrência daquele comportamento do I – EDUC.

4.1 Análise Juazeiro - 2015 e 2016

No que tange os quesitos que pontuam dentro da dimensão do I- EDUC, verificou se que em 2015 o município atendeu a 17 quesitos positivamente sendo 3 com notas parciais e 14 com nota total obtendo 67 pontos de uma pontuação máxima de 100 sendo classificado como o conceito B (políticas públicas efetivas). Já

em 2016 a gestão atendeu a 15 questões sendo 1 com nota parcial e outras 14 com notas máximas obtendo também o conceito B (políticas públicas efetivas) e nota 63 pontos.

Verificou-se que houve uma variação negativa de 4 pontos entre as competências de 2015 e 2016, esta variação ocorreu nos quesitos q37 e q42, referentes a, entrega do material didático aos alunos da rede municipal e entrega do kit escolar na rede municipal respectivamente, sendo que em 2015 a gestão atendeu a estas demandas de forma parcial, entregando os resultados dessas demandas dentro do prazo do início do ano letivo + 15 dias já em 2016 o município não pontuou nos quesitos q37 e q42 porque entregou esta demanda fora do prazo, ou seja entregando posterior ao início do ano letivo +15 dias .

A Tabela 1 demonstra como o município se comportou em relação as ações que somam para o I- EDUC, nas competências de 2015 e 2016, evidenciando o que já foi citado anteriormente e permitindo verificar quais os quesitos o município atendeu e quais são as oportunidades de melhoria.

QUESITOS	JUAZEIRO/2015	JUAZEIRO/2016
q1	5	5
q2	0	0
q3	0	0
q4	0	0
q5	3	3
q6	3	3
q8	5	5
q9	0	0
q14	3	3
q18	1	1
q19	0	0
q20	4	4
q21	4	4
q30	4	4
q37	2	0
q38	0	0
q39	5	5
q40	0	0
q42	2	0
q43	4	4
q45a	4	4

q45b	4	4
q46	14	14
	67	63

Tabela 01: Pontuação do município de Juazeiro nos quesitos referentes a Educação que possuem nota para o I- EDUC.

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Nota se acerca do I- EDUC, que 22 pontos estão distribuídos em 2 quesitos, sendo eles q45 e q46 o primeiro tem 2 desdobramentos q45a e q45b cada um podendo pontuar 4 pontos de nota máxima e o q46 possuindo peso de 14% do total da nota que o I-EDUC pode atingir, observa se que esses aspectos possuem maiores pontuações pelo fato de existirem leis já estabelecidas que determinem essas ações, são elas: Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007: Que trata sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – q45) e Com base no Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, que prevê Percentual mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assim sendo, verificou se que o município de Juazeiro obteve em 2015, 32,83% de sua nota total do I – EDUC, apenas por seguir a risca esses quesitos respaldados por lei, q45 e q46, assinala se como outras ações de destaque realizadas pelo município com êxito que atingiram nota máxima em 2015 e que tiveram continuidade em 2016 os quesitos q5,q6,q8,q14,q20,q21, q30, q39 e q40 o quadro() elucida as ações pertinentes a cada quesito. Essas ações contribuíram com 59,70% da nota do I- EDUC em 2015 e 63,49% na nota de 2016.

Quadro – quesitos já consolidados no I- EDUC no município de Juzeiro.

q5	5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?
q6	6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação do Ciclo I?
q8	8. O município possui o Plano Municipal de Educação?
q14	14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?

q20	20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?
q21	21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal? Obs.: Não considerar treinamentos voltados para os professores.
q30	30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?
q39	39. Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?
q40	40. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?

Quadro 12: Quesitos já consolidados no I-EDUC no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa(2019)

Ainda acerca dos resultados encontrados na análise do I- EDUC, na cidade de Juazeiro aponta se como oportunidades de melhorias na nota, os quesitos q37 e q42, que referem se especificamente a capacidade da prefeitura municipal atender a entrega dos kits de material didático e escolar na quantidade e no prazo esperado, entregando o serviço de forma eficaz e eficiente, visto que em 2015 atendeu parcialmente essas ações pois houve um atraso no prazo, e em 2016 não conseguiu obter êxito na pontuação pois o prazo em que os produtos foram entregues foi muito posterior ao início das aulas prejudicando assim o desempenho global da educação municipal, verifica se que há uma dificuldade de entregar o produto no prazo, desta forma o I-EDUC pode pontuar até: 8 pontos a mais com a realização bem feita dessas atividades, o que representa 8% da nota máxima que o I – EDUC pode atingir, em 2015 quando atendeu parcialmente a esses quesitos, eles contribuíram com 5,97% da nota do município e em 2016 não pontuou.

Identificou se ainda como quesitos a serem implementadas pelo município de Juazeiro nos próximos anos : q2,q3,q4,q9,q19, q38, se realizados integralmente podem melhorar a nota global do I-EDUC em 27 pontos, o Quadro 13 traz a lume as ações que cada item refere se:

q2	2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches ?
q3	3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola ?

q4	4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam do Ciclo I escolar ?
q9	9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas do Ciclo I possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?
q19	19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro DE 1996?
q38	38. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?

Quadro 13: Quesitos que se atendidos, podem impactar a pontuação de Juazeiro em até 27 pontos

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Observa-se que dentre essas ações q2, q3, q4 são quesitos de pequeno grau de complexidade de realizar, visto que tratam-se de pesquisas e estudos. Nota-se também que se realizadas essas ações podem impactar positivamente na tomada de decisão da gestão municipal sobre questões como oferta de vagas, turmas, alocação de docentes e recursos, de modo que esses recursos sejam aplicados de forma racionalizada e módica, cumprindo sua função estratégica de poder proporcionar ao cliente (comunidade, alunos) um serviço de qualidade que atenda suas expectativas.

4.1.1 Análise Métricas 2015 e 2016

Q1

q1	1. PM realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Ciclo I)? Obs.: Ações e medidas documentadas, apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.	2015	2016
q1a	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por necessidade de trabalho?	0	0
q1b	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por dificuldades de aprendizado?	0	0
q1c	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por causa de doenças crônicas?	0	0
q1d	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por falta de incentivo dos pais?	0	0
q1e	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por mudança de endereço?	0	0
q1f	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por outros motivos?	89	108

Tabela 02: Comportamento do quesito Q1 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Identificou-se que apesar de o município atender o quesito q1, realizando ação para levantamento e monitoramento do abandono escolar, o número de crianças que abandonaram o Ciclo I aumentou em 2016, com relação a 2015 variando positivamente em 19 crianças, verificou-se também que as pesquisas em ambas as

competências não conseguiram captar as causas raízes do problema de abandono escolar, nomeando como causa do abandono a opção q1f que refere se a outros motivos, assim sendo pode se atribuir a política de monitoramento do abandono escolar no município irrelevância, pois não apresenta resultados nem dados que permitam que o município mitiguem esta problemática em seu cerne.

Sabe se que o problema de evasão escolar é uma realidade brasileira, De acordo com notícia de 2013 produzida pelo endereço eletrônico educação.uol.com.br o Brasil possui a terceira maior taxa de abandono escolar entre os países de maior IDH, a informação consta no Relatório de Desenvolvimento 2012, elaborado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento).

Segundo apurou o projeto GESTA – engajamento escolar(2016) e disponibilizou na plataforma www.politize.com.br a inclusão dos jovens nas atividades escolares é premissa para que o Brasil tenha um sistema educacional efetivo, dito isso, é imprescindível que conheça se as causas para que possa se impactar o problema de forma efetiva, apontam se como sendo as quatorze possíveis causas que explicam o fenômeno do abandono escolar no território brasileiro: acesso limitado, necessidades especiais, gravidez e maternidade precoce, envolvimento em atividades ilegais, mercado de trabalho, pobreza, violência, déficit de aprendizagem, flexibilidade, falta de significado da instituição educacional em seu cotidiano, qualidade da educação, clima escolar, percepção da importância e baixa resiliência emocional.

Visto que o Brasil é um país de dimensões continentais, com regiões bem distintas em economia, clima, geografia, cultura e etc, presume se que cada cidade desse extenso território possua suas peculiaridades, logo seus problemas e realidade são bastante específicos e possuem variáveis próprias com componentes locais e globais, sendo assim é interessante que o estudo acerca dessa problemática se aprofunde e contemple a realidade das questões locais que podem ser causa raiz das evasões, para além de uma breve pesquisa com os possíveis motivos restritos a 6 possibilidades globais como sugere o questionário do I-EDUC.

Q10

CÓDIGO	QUESITO	VALORES	
q10	10. Sobre a infraestrutura das escolas do Ciclo I, informe:	2015	2016

q10a	Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):	53	34
q10b	Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):	22	18

Tabela 03: Comportamento do quesito Q10 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Acerca do quesito 10 apesar de não pontuar para o IEGM , o quesito traz a lume os aspectos de acessibilidade e um panorama de quantos equipamentos de quadras poliesportivas servem a rede municipal de educação. Assim sendo verificou se que o número de escolas com acessibilidade recomendada diminuiu entre 2015 e 2016 passando de 42% para 26% das escolas como aponta a Imagem 04, apresentando um recuo significativo neste âmbito.



Imagem 04:Gráfico da proporção de escolas acessíveis nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro.

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

No que refere se a quantidade de quadras poliesportivas nota se que o número de unidades que possuem o equipamento com as devidas especificações regrediu em relação a 2015 quando registrava se que 18% das escolas da rede municipal de ensino possuíam quadras adequadas e em 2016 esse número caiu para 14%, essas variações negativas apontam para um cenário de dissolução de política pública, quando todos os esforços empenhados anteriormente para a finalidade da manutenção da

acessibilidade e das quadras poliesportivas são desperdiçados , visto que necessitam de novos aportes financeiros agora para recuperar as perdas.

Q19

q19	19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei N° 9.394, de 20 de dezembro DE 1996?	2015	2016
q19a	Qual o percentual de professores que possuem?	89,2	87,7

Tabela 04: Comportamento do quesito Q19 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro
Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Verificou se que o município de Juazeiro não atende integralmente o quesito q19, logo o corpo docente da educação básica não possui totalmente formação específica de nível superior obtida com curso de licenciatura na área em que atua, identificou se que houve uma variação negativa apesar de pequena em relação aos profissionais que possuem graduação de nível superior entre as competências de 2015 e 2016.

Observa se que o desenvolvimento da política de capacitação do profissional da educação, afeta positivamente a formação dos estudantes além de aumentar a credibilidade do ensino público municipal, a longo prazo essa ação consolida um pilar da educação que é a formação adequada dos professores.

Q22 – Q23 – Q24

	ANO	2015	2016	Diff
q22	22. Qual o total de turmas para creche?	176	177	1
q23	23. Qual o total de turmas para pré-escola?	277	219	-58
q24	24. Qual o total de turmas para o Ciclo I?	753	654	-99

Tabela 05: Comportamento dos quesitos Q22,Q3 e Q24 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro
Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Os quesitos q22, q23 e q24 apesar de não pontuar para o IEGM, evidenciam o comportamento da oferta de turmas para creche, pré escola e o ciclo I nas competências de 2015 e 2016, verificou se que o município de Juazeiro regrediu em 2016 quando comparado a 2015 diminuindo consideravelmente a quantidade de turmas para acomodar os estudantes da pré escola e do ciclo I, foram ofertadas menos 99 turmas para o ciclo 1 em 2016 e -58 turmas para pré escola, sendo a creche o único setor que manteve se o número de turmas, aumentando em 1 unidade.

Q25

	ANO	2015	2016	Diff
q25	25. Qual a quantidade de alunos que terminaram o último ano do Ciclo I?	2948	2659	-289

Tabela 06: Comportamento do quesito Q25 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro
Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

No que tange a quantidade de alunos formados no último ano do Ciclo I, houve uma diminuição desse volume em 289 alunos no ano de 2016 quando comparado com o ano de 2015, assim sendo o quesito 25 apesar de não refletir diretamente na pontuação do índice, demonstra a relação da diminuição de alunos egressos com o aumento da evasão escolar ocorridas entre 2015 e 2016, verifica se também em q48 que o número de matrículas no Ciclo I caiu consideravelmente em 1696 alunos no ano de 2016, logo pode se atribuir a esses quesitos relação de causalidade.

Q27

		2015	2016	Diff
q27	27. Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para o Ciclo I? Obs. Todos os dias de ausência de professor do Ciclo I no ano de 2015 (justificadas ou injustificadas)			
q27a	Informe a quantidade total em dias de ausência dos professores	-		
q27b	Faltas injustificadas:	0	462	462
q27c	Faltas justificadas:	1668	2115	447
q27d	Licença médica:	7659	5107	-2552
q27e	Licença maternidade/paternidade:	5400	2240	-3160

q27f	Abonos:	0	525	525
q27g	Outros (inclusive ausências pontuais amparadas por lei):	0	4620	4620

Tabela 07: Comportamento do quesito Q27 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

O quesito q27 aponta o nível e as causas do absenteísmo do corpo docente da rede municipal de ensino, o comportamento desse quesito está diretamente vinculado a realização de ações de combate ao absenteísmo, segundo o quesito q39 o município realiza alguma ação de inibição do absenteísmo seja com benefício financeiro, processo de perícia médica municipal ou atuando na prevenção a saúde do professor não especificando qual dessas atividades realiza, portanto por responder positivamente ao quesito q39 a gestão municipal pontua no I – EDUC.

Nota se que houve um aumento significativo no aumento das faltas do professores entre 2015 e 2016, aumentaram significativamente as faltas justificadas, as faltas injustificadas, abono e outros motivos, verificou se uma redução na ausência de professores por licença médica ou licença maternidade/paternidade, logo verifica se que a ação de inibição ao absenteísmo promovida pela gestão não tem sido relevante no combate a problemática, evidenciando que apesar de pontuar por ações na área na prática o problema cresceu de uma competência para outra.

Q29

q29	29. Quantas vagas foram disponibilizadas para período integral?	2015	2016	Diff
q29a	Creche:	1547	1766	219
q29b	Pré-escola:	143	183	40
q29c	Ciclo I:	8570	1687	-6883

Tabela 08: Comportamento do quesito Q29 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

O quesito q29 expõem como a gestão distribui as vagas em período integral para os alunos da creche, pré escola e ciclo I atendidos pela rede municipal de ensino, assim sendo verificou se que o município de Juazeiro mudou de postura radicalmente em 2016 em observância a 2015, sobretudo no que se refere a oferta de vagas para o ciclo I onde houve uma variação negativa de 6883 vagas sendo este setor o

que teve a maior variação na oferta de vagas, observa se também que o município priorizou os alunos dos anos iniciais da creche e pré escola para estudarem em período integral, havendo uma variação positiva nesses dois setores sendo a creche o mais beneficiado em 2016.

Observa se no q27(quesito que aborda o volume de alunos que concluíram o Ciclo I), relação direta com q29 (quantidade de vagas ofertadas), tomando o caso de Juazeiro verificou se que houve uma diminuição considerável no número de 6883 vagas que deixaram de ser disponibilizadas em 2016 com relação a 2015 ao Ciclo I. Destaca se também os quesitos q2,q3,q4 como elementos inseridos no questionário com reflexão direta nos dados dessa pesquisa encontrada em q29, o Quadro 14 expõem quais quesitos são estes.

q2	2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches no exercício?
q3	3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escolano exercício?
q4	4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam do Ciclo I escolar no exercício?

Quadro 14: Descrição dos Quesitos Q2,Q3 e Q4
Fonte: Adaptado Manual-IEGM(2016)

Estas questões tratam da realização de atividade de pesquisa e levantamento de dados para fornecer a gestão melhores condições de tomada de decisão, observou se também uma mudança radical na política de distribuição oferta de vagas entre creche, pré escola e ciclo I, demonstrando que os esforços empregados no ano de 2015 para o funcionamento do Ciclo I foram significativamente superior aos esforços imprimidos em favor de 2016, assim sendo constata se que a falta de ações de estudos ,planejamento e pesquisa geram desperdícios e impactam negativamente no desempenho da gestão, levanta se como hipótese que o motivo desse comportamento anômalo de variação na oferta a de vagas ao Ciclo I tenha relação de causalidade com o fato de o município não realizar em 2015 e nem em 2016 pesquisas e estudos que

forneçassem parâmetros mais acurados e precisos, além da instituição da lei que obriga os municípios desde 2013 a cobrirem a demanda total de vagas para alunos da creche e pré escola.

Q31

q31	31. Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2015?		
		2015	2016
q31a	Creche:	38000	0
q31b	Pré-escola:	48602	0
q31c	Ciclo I:	178600	401094,7

Tabela 09: Comportamento do quesito Q31 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

O quesito q31, elucida os esforços realizados pela gestão no sentido de capacitar e avaliar os professores da educação municipal, verifica se que, em 2015 foi aportado recursos para capacitação e avaliação do docente na creche, pré escola e Ciclo I, apesar do maior volume ter sido empenhado no Ciclo I, como mostra a Tabela 9 em 2016 os esforços envidados pela gestão somente beneficiou os docentes do Ciclo I. Apesar dos esforços em 2016 terem se concentrado apenas no Ciclo I, o volume aplicado variou positivamente 135892,68 reais de uma competência para outra em números absolutos.

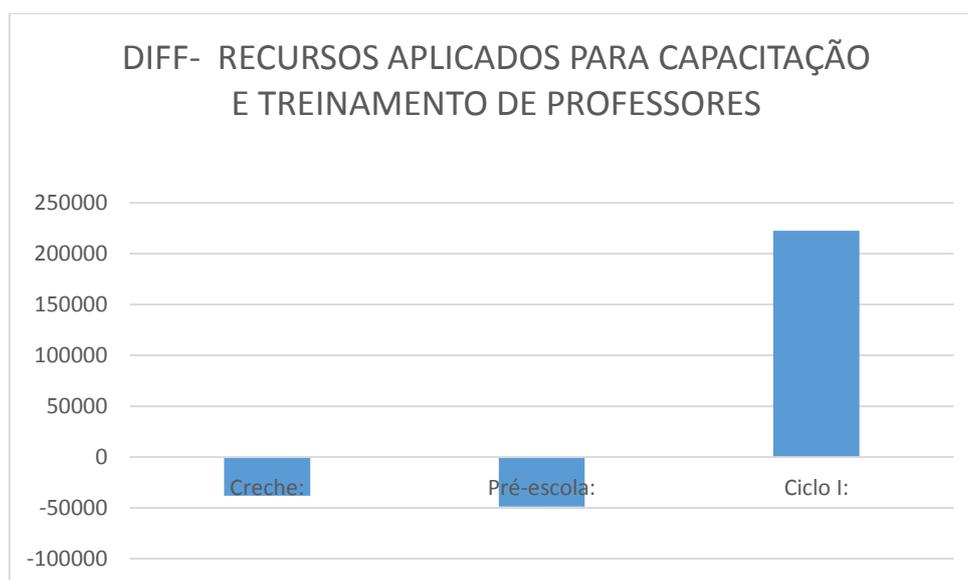


Imagem 05: Gráfico da Diferença de Recursos Aplicados para a Capacitação e Treinamento dos Professores no Município de Juazeiro nas competências de 2015 e 2016

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Observou-se então uma melhora no volume de recursos visto que os mesmos aumentaram para capacitação e avaliação dos professores, no entanto observou-se uma mudança negativa na adoção da estratégia de distribuição dessa cifra entre a creche e a pré-escola, o que impacta numa evolução heterogênea do corpo docente da rede municipal como explicita a Imagem 5 visto que no ano de 2016 os professores da creche e da pré-escola não foram contemplados com treinamentos e avaliação somente o Ciclo I, aponta-se também como um dos motivos para essa variação na distribuição dos recursos o fato do Ciclo I ser o que possui maior corpo docente e conseqüentemente maior número de profissionais da educação.

Q36

O quesito 36 lança luz acerca da estrutura municipal no que tange bibliotecas e salas de leitura. O desenvolvimento do município nesse âmbito, impacta positivamente em questões como diminuição da evasão escolar, melhor formação dos alunos, valorização da instituição junto à comunidade, pois aumenta a qualidade e o nível de serviço educacional oferecida.

observa-se através da tabela(), que houve variação positiva nesses dois aspectos entre um ano e outro.

q36	36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: Obs.: Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura, esta deve ser contada apenas uma vez, no valor referente a escolas com biblioteca.	2015	2016
q36a	Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Obs. A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um Bibliotecário.	3	32
q36b	Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?	7	20

Tabela 10: Comportamento do quesito Q36 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

No que refere a quantidade de bibliotecas observou-se uma variação positiva de 29 novas bibliotecas que começaram a servir o município de acordo com o

questionário do I EDUC de 2016, assim sendo de acordo com o IEGM o município de Juazeiro possui 25% das escolas com bibliotecas em condições adequadas, como elucida a Imagem 6



Imagem 06: Gráfico da proporção de escolas municipais que possuem bibliotecas nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro.

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Apesar de também variar positivamente o crescimento do número de salas de leitura na competência de 2016 se deu de forma mais tímida, saindo de 6% para 16% assinala-se a importância do avanço nesse aspecto no entanto ainda vale ressaltar que são números que não atendem de forma satisfatória as necessidades do sistema educacional local, precisando de mais atenção do setor responsável.

Observa-se como uma das potenciais causas da evasão escolar segundo projeto GESTA engajamento escolar, e disponível em politize.com.br: o clima escolar negativo, o acesso limitado e a qualidade de ensino, assim sendo a evolução da política de infraestrutura voltada para equipamentos escolares que motivam os alunos a engajarem-se na comunidade acadêmica desde o ensino básico, pode ser apontada como vetor de transformação das estatísticas negativas de evasão escolar bem como potencializar o aprendizado do aluno.

Notou-se que o número de sala de leituras também progrediu em 2016, como elucida a Imagem 7 mostrando que a gestão tem adotado uma política de expansão e não de adaptação de equipamentos e estruturas físicas, que transformem salas de leituras em bibliotecas e sim ampliando o acesso dos clientes ao serviço.



Imagem 07:Gráfico da proporção de escolas municipais que possuem sala de leitura nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro.

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

No que concerne a política de capacitação de professores nota se que houve uma variação negativa significativa no total de horas de treinamento e capacitação destinados a professores.

Esse quesito conflita com o quesito q31 que aponta para um maior esforço de recursos aplicados pelo município em 2016 onde o suporte financeiro aumentou em mais de 100 mil reais, apesar de o q31 ter apontado para um maior aporte financeiro para capacitar e avaliar os professores no Ciclo I, este saiu de 160 horas destinadas para treinamento e capacitação em 2015 para 100 horas em 2016, como mostra a Tabela 11.

q41	41. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores no exercício :	2015	2016	Diff
q41a	Creche:	80	40	-40
q41b	Pré-escola:	80	24	-56
q41c	Ciclo I:	160	100	-60

Tabela 11: Comportamento do quesito Q41 nas competências de 2015 e 2016 no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Tomando essa variação negativa na quantidade de horas destinadas para treinamento e capacitação dos professores bem como a estratégia adotada em 2016 de distribuição do total de recursos aplicados para capacitar e avaliar os professores expõem um comportamento negativo da gestão municipal no que concerne as políticas de desenvolvimento do corpo docente municipal, apontando para um desleixo nas questões referentes a valorização e desenvolvimento técnico dos professores.

4.2 Análise Paulo Afonso 2015 e 2016

No que refere se os quesitos que pontuam dentro do I- EDUC contribuindo para formação de nota do IEGM, verifica se que o município de Paulo Afonso em 2015 atendeu a 18 quesitos de forma positiva, sendo 15 de forma integral e assim atingindo a nota máxima desses quesitos e 3 de forma parcial obtendo uma pontuação total de 78 pontos o que o qualifica com conceito B+(políticas públicas efetivas). Já em 2016 foram 17 quesitos atendidos onde 12 foram realizados de forma integral e outros 5 de forma parcial a pontuação nesta competência do I –EDUC foi 70 pontos que também conferiram as políticas públicas desenvolvidas em 2016 o conceito B de efetividade.

Nota se que houve uma variação negativa global do I EDUC de 8 pontos entre os anos de 2015 e 2016, essa variação ocorreu porque o município descontinuou algumas ações realizadas no ano anterior como os quesitos q3 e q4 que tratam da realização de pesquisa ou estudo para levantar o número de crianças que precisam de vagas na pré escola e no ciclo I respectivamente, observou se que a gestão municipal também deixou de realizar programa que desenvolvesse as competências de leitura e escrita dos alunos no ano de 2016 embora na competência anterior o município tenha desenvolvido essa ação, ocorreu diminuição de desempenho também na entrega do material didático, visto que essa ação não se deu no prazo ideal (antes do início das aulas) por isso caiu a pontuação desse quesito, obtendo nota parcial.

Apesar da diminuição da nota global do I-EDUC entre as competências de 2015 e 2016, verificou se algumas variações positivas em ações que não eram desenvolvidas no primeiro ano e que começaram a ser desenvolvidas no

segundo ano ou melhorou seu desempenho, estas variações estão presentes no quesitos q5,q18 e q19

O Quadro 15 expõem do que tratam esses quesitos.

q5	5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?
q18	18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?
q19	19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei N° 9.394, de 20 de dezembro DE 1996?

Quadro 15: Descrição dos Quesitos Q5,Q18 e Q19

Fonte: Adaptado Manual-IEGM(2016)

Nota se acerca da variação do I-EDUC no município de Paulo Afonso entre os exercícios de 2015 e 2016 que o município perdeu 15 pontos nos quesitos q3,q4,q21 e q37 e avançou em 7 pontos nos quesitos q5,q18 e q19 como mostra a Tabela 12.

QUESITOS	DIFF
q3	-5
q4	-4
q5	1
q18	1
q19	5
q21	-4
q37	-2

Tabela 12: Diferença das pontuações dos quesitos que variaram nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso.

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

A Tabela 13 traz á lume como se comportou o município de Paulo afonso perante o questionário do I – Educ permitindo identificar as ações realizadas em 2015 e em 2016 e suas respectivas pontuações.

QUESITOS	PAULOAFONSO/2015	PAULO AFONSO/2016
----------	------------------	-------------------

q1	5	5
q2	5	5
q3	5	0
q4	4	0
q5	2	3
q6	3	3
q8	5	5
q9	0	0
q14	3	3
q18	0	1
q19	0	5
q20	4	4
q21	4	0
q30	4	4
q37	4	2
q38	2	2
q39	0	0
q40	0	0
q42	2	2
q43	4	4
q45a	4	4
q45b	4	4
q46	14	14
	78	70

Tabela 13: Pontuação do município de Paulo Afonso nos quesitos referentes a Educação que possuem nota para o I- EDUC.

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Observa-se que 28,20% da nota obtida pelo município de Paulo Afonso no primeiro ano deve-se ao município cumprir o que determina a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007: Que trata sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – q45) e o Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, que prevê Percentual mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino – q46, em 2016 esse percentual oscilou positivamente para 31,42% o que se dá pela diminuição da pontuação do I-EDUC do município nesta competência, conferindo a estes quesitos maior peso de ponderação neste exercício.

Observa-se como ações já consolidadas pelo município de Paulo Afonso nas competências de 2015 e 2016 com nota máxima as seguintes:

q1,q2,q6,q8,q14,q20,q30,q40,q43,q45 e q46 .o Quadro 16 expõem a quais ações esses quesitos correspondem.

q1	1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Ciclo I)? Obs.: Ações e medidas documentadas, apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.
q2	2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2015?
q6	6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação do Ciclo I?
q8	8. O município possui o Plano Municipal de Educação?
q14	14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?
q20	20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?
q30	30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?
q40	40. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?
Q43	43. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício? (Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)
q45a	Percentual aplicado dos recursos oriundos do fundo: <<Quesito submetido ao jurisdicionado apenas no caso de o TC não possuir estes dados>>
q45b	Percentual dos recursos oriundos do fundo aplicado no Magistério: <<Quesito submetido ao jurisdicionado apenas no caso de o TC não possuir estes dados>>
q46	46. Com base no Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, informe: Percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino: <<Quesito submetido ao jurisdicionado apenas no caso de o TC não possuir estes dados>>

Quadro 16: Quesitos já consolidados no município de Paulo Afonso**Fonte:** Autor da pesquisa (2019)

No que concerne aos quesitos que precisam avançar no município, que não pontuou nem em 2015 nem em 2016 assinalam se os seguintes: q9, q39 Quadro 17, demonstra a quais ações estes quesitos correspondem:

q9	9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas do Ciclo I possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?
q39	39. Existe um programa de inibição ao absentéismo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?

Quadro 17: Descrição dos quesitos Q9 e Q39**Fonte:** Adaptado Manual-IEGM(2016)**4.2.1 Análise das Métricas 2015 e 2016****Q1**

q1	1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Ciclo I)? Obs.: Ações e medidas documentadas, apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.	2015	2016	DIFF
q1a	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por necessidade de trabalho?	6	0	-6
q1b	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por dificuldades de aprendizado?	22	0	-22
q1c	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por causa de doenças crônicas?	2	0	-2
q1d	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por falta de incentivo dos pais?	100	0	-100
q1e	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por mudança de endereço?	26	0	-26
q1f	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por outros motivos?	29	409	380

Tabela 14: Comportamento do quesito Q1 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso**Fonte:** Autor da Pesquisa (2019)

O município atendeu positivamente ao quesito 1, realizando ações e medidas para o monitoramento da evasão escolar nas competências de 2015 e 2016, assim pontuou em 5 pontos contribuindo para o bom desempenho da dimensão do I-EDUC no município. No entanto apesar da realização de ações e medidas para combater essa problemática observa-se um aumento do abandono escolar em 224 alunos entre os anos de 2015 e 2016, o que corresponde a um aumento de 221%, o que evidencia que essas medidas e ações não estão sendo efetivas no combate desta questão.

Nota-se também como ponto negativo nas métricas apontadas pelo município de Paulo Afonso referente ao Q1, que em 2016 a pesquisa realizada pelo município foi pouco elucidativa, apontando como causa principal para a ocorrência da evasão escolar a opção q1f, que refere-se a outros motivos não especificados. Já no ano de 2015, quando a pesquisa foi realizada observou-se que todas as causas presentes na pesquisa como opções foram suscitadas, sobretudo o abandono pela falta de incentivo dos pais. Sabe-se que o processo da construção de soluções para os problemas passam pela identificação das causas do mesmo, assim sendo pode-se atribuir a realização do Q1 pelo município de Paulo Afonso no ano de 2016 irrelevância por não apontar para uma causa factível e assim acaba não fornecendo a gestão informações acuradas que permita a tomada de decisão mais acertada.

Q2,Q3,Q4

QUESITO	AÇÕES	2015	2016	DIFF
q2	2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em ?	20	483	463
q3	3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em ?	25	-	-
q4	4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam do Ciclo I escolar ?	1174	-	-

Tabela 15: Comportamento dos quesitos Q2,Q3 e Q4 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Assim como o q1, os quesitos q2,q3,q4 pontuam para o I-EDUC, os quesitos referem-se a atividade de pesquisa e estudo da demanda de alunos de creche,

pré escola e ciclo I. Observa-se que em 2015 a gestão atendeu a todos os quesitos obtendo 14 pontos nestes quesitos, já em 2016 o município descontinuou duas dessas ações, mantendo apenas a pesquisa e o estudo da demanda por creches. Nota-se ainda um aumento na demanda por vagas na creche de 463 alunos em 2016, a realização dessas ações permite que o município elabore um planejamento na oferta de vagas que contemple todo seu território de forma homogênea, facilitando assim o acesso de crianças à rede municipal de ensino, a não realização implica em a gestão municipal ofertar as turmas, e vagas aos alunos sem parâmetros podendo incorrer no erro de desperdício de recursos caso o número de vagas ofertadas supere a demanda ou na falha de não atender a demanda de alunos por vagas.

Pode-se atribuir como eventuais causas de quebra dessas ações o município ter dificuldades na realização das atividades de previsão de demanda, ou a gestão julgar inócuas a realização de pesquisa para levantar quantos alunos irão necessitar de pré escola e ciclo I.

Q10

q10	10. Sobre a infraestrutura das escolas do Ciclo I, informe:	2015	2016	DIFF
q10a	Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):	15	68	53
q10b	Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):	4	4	0

Tabela 16: Comportamento do quesito Q10 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Apesar do quesito 10 não pontuar dentro do I-EDUC, este evidencia a situação de acessibilidade nas unidades físicas de ensino e quantos equipamentos de quadras poliesportivas servem a rede de ensino da cidade, esse parâmetro é importante para verificar se a gestão tem avançado na qualidade física dos estabelecimentos de ensino. Nota-se que variou positivamente o número de escolas acessíveis, saindo de 15 para 68 em 2016, uma variação de 53 escolas, já a quantidade de quadras poliesportivas manteve-se em 4, mesmo número apontado em 2015, em relação ao total de unidades físicas de ensino existentes no município, os gráficos () evidenciam a evolução do município quanto a acessibilidade.

Q19

	Ano	2015	2016
q19	19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro DE 1996?	81	100

Tabela 17: Comportamento do quesito Q19 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

O quesito q19 pontua dentro do I-EDUC com nota máxima de 5 pontos se o município atender integralmente o que indica o quesito. Observa-se que esta foi uma das ações que não pontuou em 2015, em virtude de o percentual de professores com formação de nível superior ser abaixo do percentual de 100% conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Já em 2016 o município conseguiu atender o quesito apresentando 100% do percentual de professores da educação básica com formação de nível superior, assim pontuou 5 pontos sendo uma das ações que obtiveram melhor desempenho em 2016 porém não foi suficiente para manter o desempenho global do I-EDUC que caiu nesta competência. Pode-se sugerir como forma de incentivo aos municípios que estão em fase de adequação nesse aspecto uma pontuação do quesito de forma ponderada de acordo com o percentual de formação de nível superior do corpo docente atingido pela gestão.

Identifica se a formação adequada do corpo docente como uma política pública que impacta diretamente na formação dos estudantes, favorecendo assim o aumento da aprendizagem e diminuição da evasão escolar, visto que déficit de aprendizagem e qualidade de ensino é apontado pela como algumas das pontenciais causas desta problemática.(GESTA engajamento escolar, 2016).

Q22,Q23,Q24

	Ano	2015	2016	DIFF
q22	22. Qual o total de turmas para creche?	22	20	-2
q23	23. Qual o total de turmas para pré-escola?	114	144	30
q24	24. Qual o total de turmas para o Ciclo I?	328	423	95

Tabela 18: Comportamento dos quesitos Q22,Q23 e Q24 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Os quesitos q22,q23 e q24 não pontuam para o I-EDUC, entretanto evidencia o comportamento do município no que tange a oferta de turmas para creche, pré escola e Ciclo I, verifica se que houve um aumento em 2016 de 123 turmas ofertadas em relação a 2015. Nota se um aumento considerável na amplitude das turmas ofertadas para pré escola e ciclo I, foram mais 30 e 95 respectivamente em 2016 já a quantidade de turmas ofertadas para creche no município variou negativamente 2 turmas.

As métricas fornecidas nestes quesitos permite estabelecer uma relação de causalidade com os quesitos q2,q3 e q4 que referem se a estudos para previsão da demanda de vagas, notou se que o município descontinuou os quesitos q3 e q4 em 2016, justamente foram na pré escola e no ciclo I que houve a maior variação na oferta de vagas, sendo consideravelmente maior que no exercício anterior, enquanto a creche que houve estudo para identificar a quantidade de alunos que demandavam vagas em 2016 a variação foi pequena e negativa. Asssim sendo pode se supor que como não houve um estudo detalhado no levantamento de informações que subsidiassem a tomada

de decisão de quantas turmas ofertar o município pode ter incorrido no erro de desperdício, proporcionando oferta muito maior que a demanda ou na falha de ter que sem planejamento aumentar a capacidade de turmas para atender um número inesperado de estudantes por falta de estudo e levantamento.

Q25

	Ano	2015	2016	DIFF
q25	25. Qual a quantidade de alunos que terminaram o último ano do Ciclo I ?	1523	1082	-441

Tabela 19: Comportamento do quesito Q25 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Verificou se uma variação negativa na quantidade de alunos que concluíram o Ciclo I entre as competências de 2015 e 2016, apesar de não contribuir com a pontuação do índice diretamente, o q25 expõem a problemática da evasão escolar no município. Observou se em q24 que a quantidade de turmas ofertadas para o Ciclo I em 2016 foi a que teve o maior crescimento em relação a 2015, 95 turmas a mais ao passo que o número de matrículas de alunos no ciclo I como está exposto em q49 aponta que não houve uma diminuição drástica no número de alunos matriculados na competência de 2016, assim sendo pode se atribuir ao q25 importância enquanto indicador visto a diminuição no fluxo de egressos do Ciclo I, expondo que apesar de o município pontuar no I- EDUC por ações e medidas de monitoramento do abandono escolar , a problemática existe e precisa ser combatida.

Q27

		2015	2016	DIFF
q27	27. Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para o Ciclo I? Obs. Todos os dias de ausência de professor do Ciclo I no ano . (justificadas ou injustificadas)			
q27a	Informe a quantidade total em dias de ausência dos professores	958	1292	334
q27b	Faltas injustificadas:	40	0	-40
q27c	Faltas justificadas:	741	15	-726
q27d	Licença médica:	88	792	704
q27e	Licença maternidade/paternidade:	17	120	103
q27f	Abonos:	0	0	0

q27g	Outros (inclusive ausências pontuais amparadas por lei):	72	365	293
------	--	----	-----	-----

Tabela 20: Comportamento do quesito Q27 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

O quesito q27 registra os motivos e o nível de absenteísmo dos professores da rede municipal de ensino, este quesito está relacionado ao quesito q39 que refere a ações do município no sentido de coibir e diminuir o absenteísmo do corpo docente, verifica se que o município de Paulo Afonso declarou não atender ao quesito q39 nas competências de 2015 e 2016. Nota se que houve um aumento de 334 dias de ausências de professores de um ano para outro, observa se também que as causas variaram, havendo uma variação negativa das faltas justificadas e das faltas injustificadas, todas as outras causas variaram positivamente dentre estas destaca se o crescimento das ausências por licença médica que aumentou consideravelmente em 726 dias e o motivo outro, que aumentou 293 dias, o crescimento da causa outro é negativa visto que houve um aumento de ausências e não identificou se com clareza a causa raiz.

O índice de ausência de professores elevado reflete negativamente no funcionamento do sistema educacional local, pois um quadro com déficit não consegue atender as expectativas do nível de serviço desejado, prejudicando diretamente os discentes que por vezes tem seu calendário letivo ou sua aprendizagem prejudicada em decorrência da problemática de absenteísmo.

Q29

q29	29. Quantas vagas foram disponibilizadas no ano para período integral?	2015	2016	DIFF
q29a	Creche:	477	483	6
q29b	Pré-escola:	0	0	0
q29c	Ciclo I:	0	0	0

Tabela 21: Comportamento do quesito Q29 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

No que concerne a oferta de vagas em período integral verificou se que o município está estagnado nesse aspecto, visto que somente creche possui esse regime de ensino e que avançou de forma tímida em 2016 com a variação positiva de 6 vagas a mais.

DOMINIQUE(2001) reflete a necessidade de articular a escola como equipamento universalista com o pluralismo do público que a constitui, esvaziando a idéia de individualização das crenças defendida no passado. GONÇALVES (2006) entende a importância da extensão do espaço e tempo escolar na vida do estudante como instrumento facilitador do desenvolvimento das aprendizagens, não só no campo educacional como também biopsicossocial, nesse contexto identifica-se que o município não tem adotado a política de ensino integral de forma efetiva.

q31	31. Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em ?	2015	2016
q31a	Creche:	0	0
q31b	Pré-escola:	0	0
q31c	Ciclo I:	56078	0

Tabela 22: Comportamento do quesito Q31 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Q36-

q36	36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: Obs.: Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura, esta deve ser contada apenas uma vez, no valor referente a escolas com biblioteca.	2015	2016	DIFF
q36a	Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Obs. A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um Bibliotecário.	0	62	62
q36b	Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?	20	2	-18

Tabela 23: Comportamento do quesito Q36 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Observa-se no quesito q36 que o município de Paulo Afonso em 2016 consolidou a política de ampliação ao acesso do aluno na convivência do ambiente escolar, promovendo a adequação de 62 escolas de um total de 64 da rede municipal que passaram a contar com bibliotecas que atendem os critérios do FUNDEB, segundo o

questionário referente a competência de 2015 nenhuma escola possuía bibliotecas naquele ano.

Nota se que o crescimento do número de bibliotecas impactou negativamente no número de salas de leitura na competência de 2016 variando negativamente em 18 unidades, pode se atribuir á esta relação a condição de que muitas estruturas de salas de leitura foram adaptadas a estrutura de biblioteca, apesar deste quesito não pontuar no IEGM , ele registra os efeitos práticos dos esforços da gestão municipal de forma intempestiva.

Q41

q41	41. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores no exercício ?	2015	2016	DIFF
q41a	Creche:	0	0	0
q41b	Pré-escola:	0	0	0
q41c	Ciclo I:	260	120	-140

Tabela 24: Comportamento do quesito Q41 nas competências de 2015 e 2016 no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Identificou se que houve uma variação negativa no total de horas de treinamento e capacitação dos professores do Ciclo I oferecidos pelo município, manteve se a postura de nenhuma hora ofertada nas duas competências para os professores da creche e Pré – escola. Esse quesito condiz com o quesito q31 onde explicita que o município não destinou nenhum recurso municipal para treinamento e capacitação de docentes.

O trabalho identificou que quesitos como o q41, validativos, são relevantes no processo de avaliação da efetividade e qualidade do nível de serviço prestado pela administração local, assim sendo sugere se que a pontuação do I-EDUC contemple mais informações validativas que possam sustentar a classificação da gestão como responsável por políticas públicas efetivas ou muito efetivas.

4.3 Análise Juazeiro x Paulo Afonso

Através do estudo, modelou se uma planilha do cálculo do I-EDUC, que permitiu identificar o total somado pelos municípios nas duas competências, a tabela(), evidencia que o índice regrediu de um ano para o outro nos dois municípios, isso ocorreu pelo fato de os municípios terem descontinuado algumas recomendações ou não tê-las cumprindo integralmente, essa variação demonstra uma fragilidade no engajamento dos jurisdicionados do TCM-BA que é o órgão responsável pelo pelo gerenciamento das informações.

	Juazeiro/15	Paulo Afonso/15	Juazeiro/16	Paulo Afonso/16
TOTAL I EDUC.	67	78	63	70

Tabela 25: Comportamento da nota do I-EDUC levantado nas competências de 2015 e 2016 nos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019)

Observou se que as cidades objeto de estudo foram qualificadas com conceito B, que considera efetiva as políticas públicas voltadas para educação no município de Juazeiro nas duas competências. Já Paulo Afonso recebeu conceito B+ em 2015, que considera muito efetiva das ações concentradas na área da educação e B em 2016 visto que recuou em alguns aspectos a imagem(), traz a lume o comportamento do IEGM no exercício de 2015

Apesar das gestões estarem classificadas no mesmo patamar, no que refere se a qualidade da gestão, a pesquisa apontou que as diretrizes dada por cada município no que refere se a prioridades são diferentes.

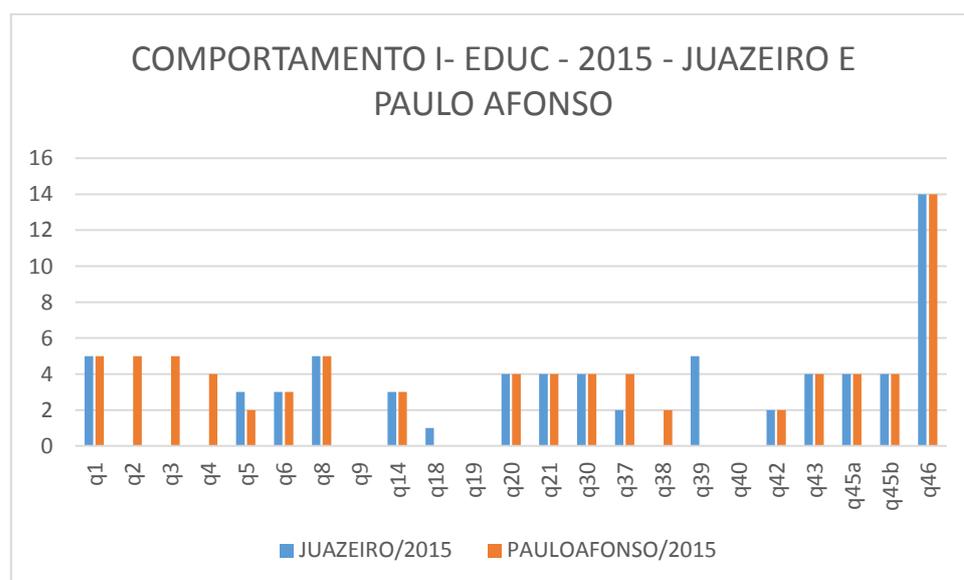


Imagem 08: Gráfico da comparação do desempenho dos quesitos que pontuam do I-EDUC dos Municípios de Juazeiro e Paulo Afonso em 2015.

Fonte: Autor da Pesquisa (2019), adaptado de dados do Site Instituto Ruy Barbosa

Nesta competência observou se que o desempenho de Paulo Afonso destacou se em relação ao de Juazeiro em aspectos como levantamento e pesquisa acerca da demanda de vagas na creche, pré escola e ciclo I, BLUME(2016), destaca o desafio de criar vagas para todos, fazendo se assim essencial um planejamento adequado da demanda para dimensionar de forma mais precisa os recursos necessários para a operacionalização do sistema educacional no município, visto que desde 2013 foi instituída a lei que obriga a matrícula na pré escola e que desde 2016 os municípios são obrigados a contemplar toda a populações, em 2013 segundo BLUME(2016) 18% das crianças em idade pré-escolar (4 e 5 anos) não estavam matriculadas. Já entre crianças e adolescentes com idades entre 4 e 17 anos, 3,6 milhões estavam fora das escolas – cerca de 8% da população dessa faixa etária.

Apesar dos avanços em 2015, o déficit de vagas era de 700mil em todo território nacional, outro aspecto a destacar de êxito foi a capacidade de entrega de uniforme, kit escolar e material didático no prazo devido. Já o município de Juazeiro destacou se positivamente em relação ao município de Paulo Afonso, no quesito de controle das condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal.

Assim sendo verificou se a maior capacidade da administração de Paulo Afonso de promover políticas públicas sugeridas pelo I-EDUC, sobretudo as ações de estudo e pesquisa que fundamentem a tomada de decisão do gestor, que ao longo do tempo reflitam nos resultados de aprendizado, fluxo escolar, diminuição do abandono, absenteísmo e melhoramento de índices como IDEB e IDH-M- Educação.

Na competência de 2016 o município de Paulo Afonso recuou em algumas ações porém manteve se a frente da gestão juazeirense nos aspectos ja supracitados na competência de 2015, a Imagem(), expõem o comportamento do I-EDUC das das cidades nos quesitos que somam pontos para a formação do índice.

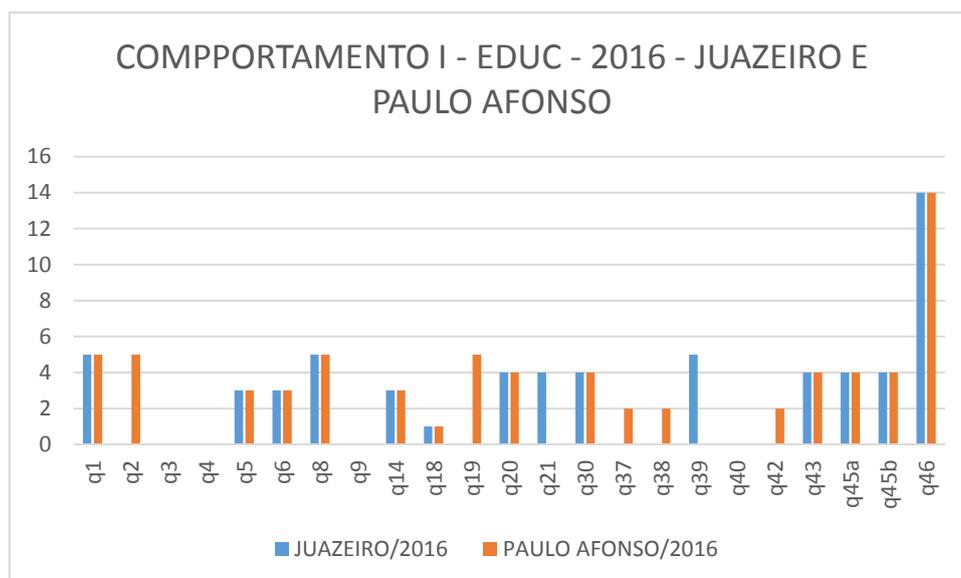


Imagem 09:Gráfico da comparação do desempenho dos quesitos que pontuam do I-EDUC dos Municípios de Juazeiro e Paulo Afonso em 2016.

Fonte: Autor da Pesquisa (2019), adaptado de dados do Site Instituto Ruy Barbosa

A pesquisa identificou no questionário uma ferramenta poderosa para orientar os esforços da gestão para os resultados, no entanto os efeitos do impacto dessas políticas não são imediatos nos índices que medem os resultados, um exemplo é o IDH-M- Educação, índice baseado no nível de escolaridade da população local e nas médias de aprovações dos alunos.

Verifica se que o comportamento desse índice nos municípios estudados é similar, expondo que apesar de diretrizes de gestão e dos esforços serem diferentes os resultados das ações de políticas públicas ainda não os diferenciou nesse índice como elucida a Imagem 9, a consolidação dos resultados exige que além de realizar ações, faça se um planejamento estratégico que visualize um horizonte de longo prazo e que as ações sejam coordenadas, mantidas e melhoradas, nesse sentido a característica tempestiva do IEGM, como índice que avalia as ações desenvolvidas pelo município exercício a exercício se mostra bastante eficiente para o melhor controle social da população além de contemplar as gestões municipais com um banco de dados que permitam o mapeamento de quais ações precisam melhorar e assim definir prioridades de gestão.

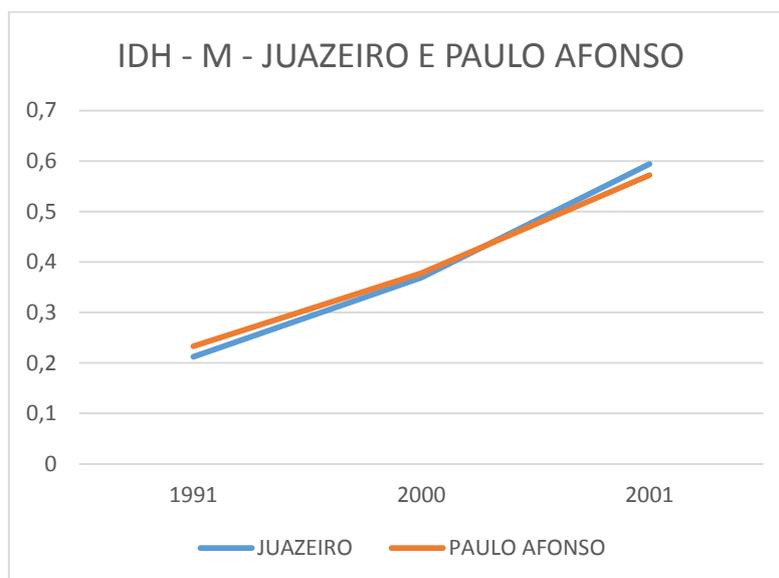


Imagem 10: Gráfico da comparação do desempenho do IDH-M –Educação, ao longo do tempo nos Municípios de Juazeiro e Paulo Afonso

Fonte:

Outras informações que sustentam o melhor desempenho no valor agregado das atividades desenvolvidas pela gestão pauloafonsina, são as métricas qualitativas que apesar de não pontuarem para o I – EDUC, corroboram com os avanços do município. Destaca-se o aumento no número de bibliotecas, a diminuição do tempo médio de trajeto das rotas escolares, aumento do piso salarial dos professores, em 2015 era 1917,78 e em 2016 passou para 2135,64, diminuição da idade média frota de veículos que realizam o transporte escolar em 2015 registrou 31 anos e em 2016, 10 anos.

Em contraponto o município de Juazeiro diminuiu o número de escolas acessíveis, em 2015 eram 53 e em 2016 passou para 34, diminuiu o número de escolas que possuíam o equipamento de quadra poliesportivas, houve leve variação negativa na quantidade de professores que possuíam formação em nível superior, estacionamento do piso do salário dos professores mantendo-se nas duas competências o valor de 2152,1 R\$, o município levantou cálculo da rota e tempo de viagem do transporte escolar somente em 2016, registrando um valor de 69 minutos.

Reforça-se a eficiência da gestão municipal de Paulo Afonso quando analisa-se o custo médio/aluno, cálculo obtido pela relação do valor empenhado para educação (R\$) com a quantidade de alunos matriculados na rede municipal de ensino,

nas duas competências constatou se que a média da diferença de gasto dos municípios era de R\$ 1416,30 como explicita a Tabela 25 consolidando a hipótese de que este é mais um efeito causado pelas ações envidadas pela gestão que foram identificadas no I-EDUC

	Juazeiro /15	Juazeiro /16	Paulo Afonso/15	Paulo Afonso/16
valor empenhadona educação	132204751,1	143804868,1	60745652,13	68532546,99
total de alunos matriculados	25.411	23.912	15.259	15.565
média do custo/ aluno matriculado	5202,658342	6013,920547	3980,972025	4402,990491

Tabela 26: Relação Valor Empenhado na Educação com o número de alunos matriculados nos municípios de Juazeiro e Paulo Afonso nas competências de 2015 e 2016

Fonte: Autor da Pesquisa (2019), adaptado de dados do Site do Instituto Ruy Barbosa

Observa se um avanço positivo na série histórica do IDEB nos anos iniciais no município de Juazeiro, como expõem a Tabela 26 esse bom desempenho deve se a melhoria significativa observada no fluxo escolar, variável que registra o número de aprovações de alunos, encontra se no i-EDUC algumas possíveis ações causais para a ocorrência desse fenômeno,

A existência de uma estrutura ativa de controle social dos mecanismos de funcionamento da rede municipal de ensino como: Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação e possuir o Conselho de Alimentação Escolar que elabora atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais,

adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço.

Assinala se como aspectos positivos identificados no município de Juazeiro, que impactam diretamente o fluxo e o aprendizado escolar a realização de ações como aumento da disponibilização de vagas para alunos de creche em tempo integral e o aumento no número de bibliotecas nas escolas, medidas que aumentam o vínculo do aluno com o espaço –tempo escolar.

Destacam se como ações realizadas pela gestão que fortalecem o processo de aprendizado as seguintes:

q5, Aplicação de algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar;

q6, Utilização de algum indicador de qualidade para análise da educação do Ciclo I;

q21, Utilização de algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal;

JUAZEIRO/ ANOS INICIAIS						DIFF
ANO	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB	META		
2007	4,27	0,81	3,5	2,7		0,8
2009	4,45	0,8	3,6	3		0,6
2011	4,85	0,83	4,0	3,4		0,6
2013	4,93	0,86	4,2	3,7		0,5
2015	5,5	0,89	4,9	4		0,9
2017	5,84	0,93	5,4	4,3		1,1

Tabela 27 : Comportamento da diferença do IDEB em e suas variáveis, no público dos anos iniciais, no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019), adaptado da plataforma Qedu.com

No que refere se o desempenho do IDEB do município de Juazeiro nos anos finais, não foi tão positivo em relação aos avanços identificados nos anos iniciais, verifica se uma variação baixa na taxa de fluxo escolar, bem como diminuição no ritmo de aprendizado.

Observando o I-EDUC afim de elucidar as ações desenvolvidas pela gestão ou ausência da realização dessas políticas e o impacto delas no desempenho do IDEB nos anos finais identificou se como ações positivas realizadas pelo município para o Ciclo I, a manutenção da aplicação de recursos na capacitação e avaliação do corpo docente, o aumento do número de bibliotecas e salas de leitura apesar de o número ainda não contemplar de forma satisfatória a rede de escolas em sua totalidade. No entanto emergem como ações negativas a diminuição do número de escolas com acessibilidade que variou de 42% para 26% em 2016, número baixo de unidades escolares que possuem equipamentos de quadras poliesportivas

JUAZEIRO/ ANOS FINAIS						DIFF
ANO	APRENDIZAD O	FLUX O	IDE B	META		
2007	3,86	0,8	3,1	2,5		0,6
2009	3,88	0,78	3,0	2,7		0,3
2011	4,31	0,81	3,5	3		0,5
2013	4,38	0,77	3,4	3,5		-0,1
2015	4,82	0,82	4,0	3,9		0,1
2017	5,1	0,85	4,3	4,2		0,1

Tabela 28 : Comportamento da diferença do IDEB em e suas variáveis, no público dos anos finais, no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019), adaptado da plataforma Qedu.com

Observa se que o Município de Paulo Afonso apesar de superar a meta estabelecida para o IDEB nas duas últimas vezes que o índice foi levantado, 2015 e 2017, teve dificuldades para cumprir a meta do índice consolidado, como demonstra a Tabela 28, no entanto observa se uma melhora significativa no fluxo escolar sobretudo nos últimos dois levantamentos, como ações que impactaram positivamente essas mudanças identificadas no I-EDUC do município destacam se, a adequação do município no que concerne a formação dos professores em nível superior na área que lecionam, além da adequação nas questões das bibliotecas que passaram a atender a rede municipal em quase 100% no ano de 2016, observou se também como ação de destaque do município o aumento da disponibilização de vagas em tempo integral para os estudantes da creche, visto que essa ação proporciona ao estudante da primeira infância mais tempo de envolvimento nas atividades extra escolares dentro da comunidade acadêmica.

PAULO AFONSO / ANOS INICIAIS						DIFF
ANO	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB	META		

2007	4,26	0,77	3,3	3,5	-0,2
2009	4,8	0,77	3,7	3,8	-0,1
2011	4,86	0,78	3,8	4,2	-0,4
2013	5,02	0,78	3,9	4,5	-0,6
2015	5,7	0,87	5,0	4,8	0,2
2017	5,94	0,89	5,3	5,1	0,2

Tabela 29 : Comportamento da diferença do IDEB em e suas variáveis, no público dos anos iniciais, no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019), adaptado da plataforma Qedu.com

No que refere se aos anos finais da trajetória escolar, observa se através da série história que o município avançou no IDEB, apesar de possuir nota menor que 6, meta brasileira para 2022. Em todos os anos em que o índice foi levantado Paulo Afonso superou a meta estabelecida no ano anterior. O avanço nos últimos 10 anos se deu tanto no que refere se a fluxo quanto a aprendizado. Como iniciativas envidadas pela gestão municipal no sentido de impactar esse nicho de clientes(alunos nos anos finais) observa se:

Aumento de turmas disponibilizadas para os alunos do Ciclo I, Aporte de recursos próprios municipais para o treinamento e capacitação dos professores em 2015 no valor de aproximadamente 56mil reais, além da adequação em 100% das escolas municipais no aspecto acessibilidade o que melhora o ambiente escolar, facilitando assim o aumento da convivência do aluno com o espaço – tempo escolar, notou se também que o município concentrou esforços e atingiu quase 100% das escolas da rede municipal com estruturas de bibliotecas apropriadas.

PAULO AFONSO/ ANOS FINAIS					DIFF
ANO	APRENDIZADO	FLUXO	IDE B	MET A	
2007	3,73	0,78	2,9	0	2,9
2009	4,51	0,73	3,3	3	0,3
2011	4,73	0,71	3,4	3,3	0,1
2013	4,9	0,78	3,8	3,5	0,3
2015	5,21	0,82	4,3	3,9	0,4
2017	5,35	0,86	4,6	4,1	0,5

Tabela 30 : Comportamento da diferença do IDEB em e suas variáveis, no público dos anos finais , no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019), adaptado da plataforma Qedu.com

Destaca se que o método de avaliação dos alunos da educação infantil possui a particularidade de não haver reprovação, apenas acompanhamento e registro do desenvolvimento individual da criança o quadro (), expõem os critérios mínimos da educação infantil.(BLUME,2016)

REQUISITOS MÍNIMOS DA EDUCAÇÃO
800 horas anuais de carga horária mínima (distribuídas em pelo menos 200 dias);
Turno parcial de pelo menos 4 horas e turno integral de 7 horas;
Frequência mínima de 60% do total de horas;
Documentação que atesta o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Quadro 18: Requisitos mínimos de avaliação da educação na pré escola

Fonte: Adaptado BLUME(2016)

O que influencia na diferença de desempenho dos alunos dos anos finais com os alunos dos anos iniciais, sendo estes os com melhor resultados no IDEB.

Observa se a distribuição dos alunos por nível de proficiência outro pilar que corrobora o impacto do melhor desempenho do município de Paulo Afonso no I- EDUC, em relação a Juazeiro as Tabela 30 e Tabela 31, explicitam o desempenho do município em relação a este indicador de efeito finalístico.

PAULO AFONSO				
ANO	Português 5º ano (%)	Português 9º ano (%)	Matemática 5º ano (%)	Matemática 9º ano (%)
2013	31	22	26	8
2015	51	31	35	13
2017	58	40	38	15

Tabela 31 : Nível de Proficiência dos alunos no município de Paulo Afonso

Fonte: Autor da Pesquisa (2019), adaptado da plataforma Qedu.com

JUAZEIRO				
ANO	Português 5º ano (%)	Português 9º ano (%)	Matemática 5º ano (%)	Matemática 9º ano (%)
2013	28	14	23	6
2015	46	24	34	10
2017	54	31	39	11

Tabela 32 : Nível de Proficiência dos alunos no município de Juazeiro

Fonte: Autor da Pesquisa (2019), adaptado da plataforma Qedu.com

Observa se comparando as tabelas() e () que o município de Paulo Afonso apresenta desempenho superior a Juazeiro ao longo da série histórica das três oportunidades que o índice foi levantado, explicitando assim a relação causal da realização das práticas sugeridas pelo I-EDUC com o bom desempenho do município pauloafonsino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu a partir do I- EDUC a proposição de uma análise prática da aplicação deste índice em duas gestões municipais do estado da Bahia, identificando quais são os esforços envidados pelas gestões no sentido de melhorar o serviço prestado na área de educação.

Observou se que o município de Paulo Afonso foi quem desempenhou melhor as atividades de gestão durante os anos de 2015 e 2016, apresentando também melhor desempenho em outros parâmetros de qualidade da educação como distribuição dos alunos com nível de proficiência nas disciplinas de português e matemática do quinto ao nono ano, apesar deste melhor desempenho notou se também que Paulo Afonso descontinuou algumas políticas públicas voltadas para a educação, variando muito rapidamente sua nota quantitativa de um exercício para o outro suas prioridades.

O estudo contemplou a identificação da nota quantitativa dos dois municípios, Juazeiro e Paulo Afonso, permitindo destacar quais pontos cada um cumpriu e diferenciá los para além da faixa qualitativa visto que ambos foram classificados em conceitos iguais ou semelhantes na dimensão do I- EDUC nas duas competências estudadas, o município de Juazeiro nos dois anos apresentou conceito B(

política efetiva) já o município de Paulo Afonso B+ e B em 2015 e 2016 respectivamente.

Identificou se ainda que o índice recuou em ambos municípios entre os exercícios de 2015 e 2016, a pesquisa contribui destacando oportunidades de melhorias em alguns aspectos do cálculo do índice que contemple mais quesitos que permeiem mais profundamente pelas questões validativas, atualmente grande peso da nota do I-EDUC concentra se em questões meramente procedimentais como aplicação correta dos recursos do FUNDEB, ou do fundo nacional do magistério, essa eventual mudança de cálculo propõem ao gestor o aumento do conhecimento do cenário o qual ele está a frente e dos desafios que ele possui, inserindo no sistema de cálculo a avaliação de ações ao longo do tempo que apresentem informações como quantidade de quadras poliesportivas, bibliotecas, alunos com acesso a escola em tempo integral, distribuição da pontuação do quesito que recomenda formação em nível superior do corpo docente de acordo com a porcentagem atual que o município cubra, entre outras eventuais alterações que permitam avaliar melhor sobre quais restrições funciona o sistema educacional municipal.

A análise desenvolvida na pesquisa permite aos gestores municipais a ampliação do conhecimento acerca do IEGM e do I-EDUC e oportuniza os a utilizar esses índices como instrumento norteador das diretrizes a adotar se em relação a educação, acompanhando o trabalho realizado no tempo,

Destaca se ainda a contribuição da pesquisa com a apresentação de uma plataforma em anexo que pode ser adaptada para qualquer município e utilizada como mecanismo de controle externo social, agora servindo não somente aos gestores mas também toda a população para fiscalizar o funcionamento da estrutura educacional, estratégias e diretrizes adotadas pelos governos vigentes e eventuais divergências do que é posto pela gestão com a realidade vivenciada no cotidiano.

O estudo desenvolvido neste trabalho fortalece o valor de transparência uma das máximas da administração pública e contribui ainda para a área da gestão pública e da engenharia de produção, sugerindo pesquisas de desdobramento das outras dimensões que compõem o índice nos dois municípios, para além do acompanhamento do próprio I-EDUC nos próximos anos, afim de verificar o desenvolvimento dessas duas principais cidades do vale do são francisco baiano.

REFERÊNCIAS

MEIRELLES. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 9ª edição atualizada, 1989, p. 52.

_____. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006. 289 p.

_____. **Direito Administrativo**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

AMORIM, Sônia Naves David. Ética na esfera pública: a busca de novas relações Estado/Sociedade. **Revista do Serviço Público**. Brasília, Enap, ano 41, n. 2, p. 95-105, jun. 2000.

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 48, n. 3, p. 105-132, set-dez 1997.

BERTO, Rosa Maria Villares S.; NAKANO, Davi Noboru. Revisitando a produção científica nos anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção. **Produção**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 225-232, 2014

BLUME , Educação: O que é responsabilidade do município?

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1989.

brasileira de história da educação, Campinas, Editora Autores Associados,

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *et al.* “**O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**”. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Rev. Adm. Pública[online]**. 2008, vol.42, n.5. ISSN 00347612.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Atlas S.A.. 2014.

DYE, Thomas D. (1984) *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

GESTA - engajamento escolar, 14 causas do abandono escolar no Brasil, **Politize**,2016 . Disponível em < <https://www.politize.com.br/abandono-escolar-causas/> >. Acesso em: 05 fev. 2019

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola em tempo integral, **Revista do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária**, n. 2, 2006

GRANJEIRO, J. Wilson. **Administração Pública**. 12ª Ed. Brasília: Westcon. 2006.

GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. **Regime Jurídico dos Tribunais de Contas**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1992.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. **Revista**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LYNN, L. E. (1980) *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. Peters, B. G. (1986) **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

n. 1, p. 9-43, 2001.

O CONGRESSO NACIONAL E O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: Controle externo integrado / Tribunal de Contas da União. – 3. ed. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo, 2013.

OLIVEIRA FILHO, João de. **Revista de Direito Administrativo** – FGV - v. 93 (1968).

PDRAE – Plano diretor de reforma do aparelho do estado. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Brasília. 1995.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública:** uma abordagem da administração financeira pública. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Politize, 2016 . Disponível em < <https://www.politize.com.br/educacao-no-municipio/> >. Acesso em: 20 fev. 2019

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p.

UOL EDUCAÇÃO, _Brasil tem 3ª maior taxa de evasão escolar, **UOL**, 2013 . Disponível em < <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm> >. Acesso em : 20 jan. 2019

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

ANEXO I –ESTRUTURA DE CÁLCULO DO I-EDUC

Código	Dependência	Resposta dependência	Pontuação resposta	Código Resposta	Pontuação máxima
q1			5	Y	5
			0	N	
q1a	q1	SIM	0		
q1b	q1	SIM	0		
q1c	q1	SIM	0		
q1d	q1	SIM	0		
q1e	q1	SIM	0		

q1f	q1	SIM	0		
q2			5	Y	5
			0	N	
q2a	q2	SIM	0		
q3			5	Y	5
			0	N	
q3a	q3	SIM	0		
q4			3	Y	3
			0	N	
q4a	q4	SIM	0		
q5			3	q5r1	3
			2	q5r2	
			1	q5r3	
			0	q5r4	
q5a	q5	SIM, terceirizada			
q6			3	Y	3
			0	N	
q7	q6	SIM	0	q7r1	0
			0	q7r2	
			0	q7a	
q7a	q7	Outro	0		
q8			5	Y	5
			0	N	
q8a	q8	SIM	0		
q8b	q8	SIM	0		
q9			3	Y	3
			0	N	
q9a	q9	SIM	0		

q10			0		0
q10a	q10		0		
q10b	q10		0		
q11			0		0
q11a	q11		0		
q11b	q11		0		
q12			0		0
q13			0		0
q13a	q13		0		
q13b	q13		0		
q13c	q13		0		
q14			3	Y	3
			0	N	
q15			0	Y	0
			0	N	
q15a	q15	SIM	0		
q16			0		0
q17			0	q17r1	0
			0	q17r2	
			0	q17r3	
q17a	q17	Terceirizada	0		
q18			2	q18r1	2
			1	q18r2	
			0	q18r3	

q19			5	Y	5
			0	N	
q19a	q19	NÃO	0		
q20			4	Y	4
			0	N	
q20a	q20	SIM	0		
q21			4	Y	4
			0	N	
q21a	q21	SIM	0		
q21b	q21	SIM	0		
q21c	q21	SIM	0		
q21d	q21	SIM	0		
q21e	q21	SIM	0		
q21f	q21	SIM	0		
q21g	q21	SIM	0		
q22			0		0
q23			0		0
q24			0		0
q25			0		0
q26			0		0
q27			0	Y	0
			0	N	

q27a	q27				
q27b	q27a		0		
q27c	q27a		0		
q27d	q27a		0		
q27e	q27a		0		
q27f	q27a		0		
q27g	q27a		0		
q28			0		0
q29			0		0
q29a	q29		0		
q29b	q29		0		
q29c	q29		0		
q30			4	Y	4
			0	N	
q31			0		0
q31a	q31		0		
q31b	q31		0		
q31c	q31		0		
q32			0	Y	0
			0	N	
q32a	q32	SIM	0		
q33			0	q33r1	0
			0	q33r2	
			0	q33r3	
			0	q33r4	
			0	q33r5	
			0	q33a	
q33a	q33	Outro	0		
q34			0	Y	0

			0	N	
q35			0		0
q36			0		3
q36a	q36		0		
q36b	q36		0		
q37			4	Y	4
			2	Y	
			0	Y	
			0	N	
q37a	q37	SIM	0		
q38			4	Y	4
			2	Y	
			0	Y	
			0	N	
q38a	q38	SIM	0		
q39			5	q39r1	5
			0	q39r2	
q40			0	Y	0
			-1	N	
q40a	q40	SIM	0		
q41			0		0
q41a	q41		0		
q41b	q41		0		
q41c	q41		0		
q42			4	Y	4

			2	Y	
			0	Y	
			0	N	
q42a	q42	SIM	0		
q43	q30	SIM	4	q43r1	4
			2	q43r2	
			1	q43r3	
			0	q43r4	
q44			0		0
q44a	q44		0		
q44b	q44		0		
q45			0		0
q45a	q45		4		4
			0		
q45b	q45		4		4
			0		
q46			14		14
			0		

q47			0		0
q48			0		0
q49			0		0
q50			0		0
q51			0		0
q52			0		0
q53			0		0
q54			0		0
q55			0		0
q56			0		0
q56a	q56		0		
q56b	q56		0		
q56c	q56		0		
q57			0		0
q57a	q57		0		
q57b	q57		0		
q57c	q57		0		
q58			0		0
q58a	q58		0		
q58b	q58		0		
q58c	q58		0		
q59			0		0
q59a	q59		0		
q59b	q59		0		

q59c	q59		0		
q59d	q59		0		
q59e	q59		0		
q59f	q59		0		
q59g	q59		0		

ANEXO II – QUESTIONÁRIO DO I – EDUC

Código	Quesito
q1	1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Ciclo I)? Obs.: Ações e medidas documentadas, apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.
q1a	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por necessidade de trabalho?
q1b	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por dificuldades de aprendizado?
q1c	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por causa de doenças crônicas?
q1d	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por falta de incentivo dos pais?
q1e	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por mudança de endereço?

q1f	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por outros motivos?
q2	2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2015?
q2a	Qual o número:
q3	3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2015?
q3a	Qual o número:
q4	4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam do Ciclo I escolar em 2015?
q4a	Qual o número:
q5	5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?
q5a	Qual empresa?
q6	6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação do Ciclo I?
q7	7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação do Ciclo I?
q7a	Qual?
q8	8. O município possui o Plano Municipal de Educação?
q8a	Informe nº da lei:
q8b	Data da promulgação:
q9	9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas do Ciclo I possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?

q9a	Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município? Obs. Quantidade de computadores em funcionamento = total de computadores destinados aos alunos do Ciclo I em todas as escolas do município.
q10	10. Sobre a infraestrutura das escolas do Ciclo I, informe:
q10a	Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):
q10b	Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):
q11	11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e ciclo I do município no ano de 2015, responda:
q11a	Quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2015?
q11b	Quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura?
q12	12. Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2015:
q13	13. Qual o piso salarial municipal dos professores?
q13a	Creche:
q13b	Pré-escola:
q13c	Ciclo I:
q14	14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?
q15	15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?
q15a	Qual a média de tempo (em minutos)?
q16	16. Qual a idade média da frota escolar, em anos? Obs. Idade média = [(Ano de 2015) – (Ano de fabricação de cada veículo)]/(número total de veículos da frota escolar)
q17	17. Como é feita a preparação da merenda no município?

q17a	Qual o custo unitário médio do almoço?
q18	18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?
q19	19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro DE 1996?
q19a	Qual o percentual de professores que possuem?
q20	20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?
q20a	Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas do Ciclo I no ano de 2015?
q21	21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal? Obs.: Não considerar treinamentos voltados para os professores.
q21a	Qual?
q21b	Informe mais detalhes sobre o programa de desenvolvimento de leitura e escrita aplicado
q21c	Percentual de cobertura - 1º ano:
q21d	Percentual de cobertura - 2º ano:
q21e	Percentual de cobertura - 3º ano:
q21f	Percentual de cobertura - 4º ano:
q21g	Percentual de cobertura - 5º ano:
q22	22. Qual o total de turmas para creche?
q23	23. Qual o total de turmas para pré-escola?

q24	24. Qual o total de turmas para o Ciclo I?
q25	25. Qual a quantidade de alunos que terminaram o último ano do Ciclo I em 2015?
q26	26. Qual a quantidade de alunos matriculados no último ano do Ciclo I em 2015 que teve aproveitamento para o Ciclo II em 2016?
q27	27. Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para o Ciclo I? Obs. Todos os dias de ausência de professor do Ciclo I no ano de 2015 (justificadas ou injustificadas)
q27a	Informe a quantidade total em dias de ausência dos professores
q27b	Faltas injustificadas:
q27c	Faltas justificadas:
q27d	Licença médica:
q27e	Licença maternidade/paternidade:
q27f	Abonos:
q27g	Outros (inclusive ausências pontuais amparadas por lei):
q28	28. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de ensino (estabelecimentos físicos) destinadas à creche, pré-escola e ciclo I em 2015?
q29	29. Quantas vagas foram disponibilizadas no ano de 2015 para período integral?
q29a	Creche:
q29b	Pré-escola:
q29c	Ciclo I:
q30	30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?
q31	31. Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2015?
q31a	Creche:
q31b	Pré-escola:
q31c	Ciclo I:
q32	32. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?

q32a	Informe a CNPJ e Razão social da(s) empresa(s)
q33	33. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?
q33a	Qual?
q34	34. O município possui levantamento da distorção idade/série no Ciclo I?
q35	35. Qual a data de início do ano letivo de 2015?
q36	36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: Obs.: Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura, esta deve ser contada apenas uma vez, no valor referente a escolas com biblioteca.
q36a	Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Obs. A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um Bibliotecário.
q36b	Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?
q37	37. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?
q37a	Data da entrega:
q38	38. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?
q38a	Data da entrega:
q39	39. Existe um programa de inibição ao absentéismo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?

q40	40. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?
q40a	Qual o número da lei?
q41	41. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores no exercício de 2015:
q41a	Creche:
q41b	Pré-escola:
q41c	Ciclo I:
q42	<p>42. Houve entrega do Kit escolar à rede municipal?</p> <p>EXEMPLO de composição de um kit escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caderno “Brochurão” – 4 unidades (96 folhas cada) - Caderno de Desenho – 1 unidade (96 folhas cada) - Régua 30 cm – 1 unidade - Lápis de cor grande (12 cores) – 2 caixa - Lápis grafite – 4 unidades - Lápis grafite de resina termoplástica – 4 unidades - Caneta esferográfica azul – 4 unidades - Apontador com depósito – 6 unidades - Borracha branca – 3 unidades - Tubo de cola branca – 3 unidades - Giz de cera (12 cores grande) – 1 caixa - Guache (12 cores) – 1 caixa
q42a	Data da entrega:
q43	<p>43. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício?</p> <p>(Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)</p>

q44	44. Quanto ao número de profissionais da educação não docentes (Ex: monitor, pedagoga, psicóloga, secretária, etc) atuantes no ciclo I, informe:
q44a	Número de profissionais ocupantes de cargos de provimento efetivo:
q44b	Número de profissionais temporários:
q45	45. Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, informe, com base na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007:
q45a	Percentual aplicado dos recursos oriundos do fundo: <<Quesito submetido ao jurisdicionado apenas no caso de o TC não possuir estes dados>>
q45b	Percentual dos recursos oriundos do fundo aplicado no Magistério: <<Quesito submetido ao jurisdicionado apenas no caso de o TC não possuir estes dados>>
q46	46. Com base no Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, informe: Percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino: <<Quesito submetido ao jurisdicionado apenas no caso de o TC não possuir estes dados>>
q47	47. Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche?
q48	48. Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola?
q49	49. Qual a quantidade de matrículas realizadas no Ciclo I?
q50	50. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche?
q51	51. Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche?
q52	52. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola?
q53	53. Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola?

q54	54. Qual a quantidade de professores efetivos destinados ao Ciclo I?
q55	55. Qual a quantidade de professores temporários destinados ao Ciclo I?
q56	56. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação:
q56a	Creche:
q56b	Pré-escola:
q56c	Ciclo I:
q57	57. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Ciclo I estavam funcionando durante o exercício de 2015? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Ciclo I, considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Ciclo I
q57a	Creche:
q57b	Pré-escola:
q57c	Ciclo I:
q58	58. Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2015? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Ciclo I, considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Ciclo I
q58a	Creche:
q58b	Pré-escola:
q58c	Ciclo I:
q59	59. Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?
q59a	Creche:
q59b	Pré-escola:
q59c	1º ano – Ciclo I:
q59d	2º ano – Ciclo I:
q59e	3º ano – Ciclo I:
q59f	4º ano – Ciclo I:
q59g	5º ano – Ciclo I:

